UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

Maria Amélia de Lemos Florêncio.

O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO NÍVEL MÉDIO E AS CONTRADIÇÕES INSTITUCIONAIS DE SUA OBRIGATORIEDADE.

MACEIÓ/AL

2011

MARIA AMÉLIA DE LEMOS FLORÊNCIO

O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO NÍVEL MÉDIO E AS CONTRADIÇÕES INSTITUCIONAIS DE SUA OBRIGATORIEDADE.

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profª. Drª. Alice Anabuki Plancherel

MACEIÓ/AL

2011

MARIA AMÉLIA DE LEMOS FLORÊNCIO

O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO NÍVEL MÉDIO E AS CONTRADIÇÕES INSTITUCIONAIS DE SUA OBRIGATORIEDADE.

Dissertação apresenta à Universidade Federal de Alagoas, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

APROVADA: 07de abril de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª ALICE ANABUKI PLANCHEREL

Instituto de Ciências Sociais – UFAL

Orientadora

Prof. Dr. RICARDO MEYER

Instituto de Ciências Sociais – UFAL

Membro interno

Prof. Dr. HELSON FLÁVIO DA SILVA SOBRINHO

Faculdade de Letras – UFAL

Membro externo

Dedico este trabalho aos meus pais João Florêncio da Silva (in memorian) e Amélia Maria de Lemos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais **João Florêncio da Silva** (*in memorian*) e **Amélia Maria de Lemos** que me ensinaram a perseverar e lutar sempre.

Aos meus irmãos – **Rejane, Antonio e Rozeni** – pela tão importante presença em todos os momentos da minha vida!

À minha orientadora professora Drª **Alice Anabuki Planche**rel por sua dedicação, paciência e lealdade com que nos ajudou a caminhar.

Aos meus amigos e colegas de mestrado, em especial à **Sérgio Lima dos Santos**, pelas oportunas manifestações de companheirismo, amizade e encorajamento para realização deste trabalho.

À **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**, pela bolsa de Mestrado, fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

À todos o meu sincero e profundo agradecimento!

“Educar não é mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades.”

István Mészáros

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar as condições institucionais sob a qual ocorre a (re)inserção da sociologia no ensino médio, diante da atual condição de obrigatoriedade. A idéia central deste trabalho é contribuir com o conjunto de investigações sobre o ensino da Sociologia no Brasil e em específico no município de Maceió. Para tanto, buscamos analisar mais um momento sócio-histórico de seu processo de institucionalização no nível médio, refletindo acerca das contradições institucionais que cercam o processo de obrigatoriedade do ensino da sociologia no nível médio, ao mesmo tempo em que identificamos os principais desafios enfrentados na busca por sua legitimação neste nível de ensino. Utilizamos para o nosso debate os documentos oficiais – As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Orientações Curriculares Nacionais – que orientam a educação brasileira. Ao mesmo tempo em que estabelecemos uma discussão teórica que envolve duas categorias do processo educacional e que se encontram configuradas pelo ensino da sociologia no nível médio que são elas: educação e ensino. No que diz respeito à situação local, utilizamos dados obtidos através da aplicação de questionários junto aos professores da rede pública e privada de ensino do município de Maceió, onde identificamos como está configurada a atual a consolidação de sua implementação em termos de condições efetivas de ensino/aprendizagem e de formação de professores para tal disciplina. Dessa forma, conclui-se que a prescrição legal não foi o suficiente para que a sociologia fosse respeitada enquanto disciplina fundamental para a formação dos jovens.

Palavras-chave: Sociologia – Estudo e Ensino. Ensino Médio. Educação

ABSTRACT

The objective of this research is to analyse the institutional conditions under which occurs the (re) insertion of sociology in secondary education, on the current condition of obligatory. The central idea of this paper to contribute to given the research on the teaching of Sociology in Brazil and in particular in the city of Maceió. For this purpose, we analyze more a socio-historical moment of its institutionalization process in the secondary education, reflecting about institutional contradictions surrounding the process of compulsory teaching of sociology secondary education, while we have identified the main challenges faced in the quest for legitimacy in this level of education. We use for our debate official documents – The National curriculum guidelines for high school, The National Curricular Parameters and the National Curriculum Guidelines – that guide the Brazilian education. While we have established a theoretical discussion which involves two categories of educational process and that are configured by the teaching of sociology in secondary education which are: education and teaching. On the local situation, we use data obtained through questionnaires to teachers from public and private schools of the city of Maceió, where we identify how is configured the current consolidation of its implementation in terms of effective conditions for teaching/learning and teacher training for this discipline. Thus, we conclude that the prescription was not cool enough to be respected that sociology as a discipline central to the formation of young people.

Keywords: Sociology - Study and Teaching. Secondary Education . Education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Quadro: Maceió - Perfil dos Professores de Sociologia do Ensino Médio 76

Figura 2 - Quadro: Maceió - Recursos Didático-pedagógicos Utilizados no Ensino de Sociologia no Nível Médio. 80

Figura 3- Quadro: Maceió - O que Pensam os Professores acerca da importância do Ensino Obrigatório da Sociologia no Nível Médio. 86

Sumário

1 INTRODUÇÃO 10

2 O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO NÍVEL MÉDIO: UM RESGATE HISTÓRICO 155

2.1 A Sociologia no Ensino Médio: O Período de Institucionalização 16

2.2 Da Ausência à Obrigatoriedade do Ensino da Sociologia no Nível Médio. 26

3 SOCIOLOGIA E ENSINO MÉDIO: UM DEBATE ACERCA DA PRESENÇA DA SOCIOLOGIA NA ESCOLA. 37

3.1 Particularidades e os Desafios do Ensino da Sociologia 38

3.2 Sociologia e Ensino: Possibilidades e Objetivos 47

4 A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NOS ESPAÇOS CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO. 59

4.1 Os Documentos que Orientam a Sociologia no Ensino Médio: O que dizem as Propostas Oficiais 60

4.2 As Orientações Curriculares Nacionais. 69

4.3 O Perfil do Ensino da Sociologia nas Escolas de Maceió. 73

4.4 As Contradições do Ensino Obrigatório da Sociologia. 90

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 93

REFERÊNCIAS 97

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar as condições de organização institucionais escolar sob a qual ocorre a (re) inserção da sociologia no ensino médio, diante da atual condição de obrigatoriedade de seu ensino em escolas públicas e privadas de nível médio no Brasil e especificamente em Maceió.

Neste sentido, objeto de nossa pesquisa é o ensino da sociologia e seu contexto, onde buscaremos refletir sobre as contradições institucionais do seu ensino obrigatório no nível médio. Visto que, a disciplina de Sociologia alcançou o status de disciplina pertencente ao quadro das "obrigatórias" nos currículos do ensino médio, a partir da aprovação da Lei nº 11.684/08 em 02 de junho de 2008, pelo Congresso Nacional e o Parecer CNE/CEB nº 22/2008 aprovado em 08 de outubro de 2008, fechando assim, um ciclo vicioso que ora determina sua inclusão e ora sua retirada do ensino médio.

Esse quadro foi fruto de uma imensa luta política nas instâncias legislativas, que teve início com o projeto de lei apresentada pelo então Deputado Federal Padre Roque, PLC nº 9/2000, que possuía como finalidade a obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia no ensino médio e para tanto indicava a alteração da LDB, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, onde determinava que os alunos ao final do ensino médio, deveriam ter "domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia" para o exercício da cidadania. Contudo, esta proposta foi vetada, em 2000, pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Contudo, em junho de 2008 temos aprovada a lei nº 11.684/08 que altera a LDB (Lei 9394/96) em seu artigo 36, ao determinar a "Filosofia e a sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio", modificando desse modo, o texto de referência ao "domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania".

Neste contexto, a abordagem do tema o ensino da sociologia tem sido uma temática pouco explorada principalmente no campo acadêmico, onde são poucos os estudos desenvolvidos nessa área. Segundo dados apresentados por Amaury Moraes (2003) e Ileizi Silva (2003) este tema não foi explorado nas teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação sejam em Ciências Sociais, ou até mesmo em Educação, no período compreendido entre os anos de 1945 a 1996, como resultado temos uma produção de conhecimento limitada sobre o ensino da sociologia. Ainda segundo estes autores, o problema se explicaria pelo processo de hierarquização existente entre os campos acadêmicos, científico e escolar nas Ciências Sociais, onde o ensino ocupa um lugar de pouco prestígio, ou seja, o aumento do distanciamento dos sociólogos do tema "educação" nos últimos anos pode ser explicado pela estreita vinculação entre a institucionalização da sociologia e sua aplicação no campo escolar.

Por tais motivos, é verdade que investigar a Sociologia no nível médio, ainda é uma tarefa complexa, devido principalmente a sua história marcada por uma intermitência nos currículos. Por isso, afirmamos que a Sociologia enquanto disciplina escolar ainda encontra-se em um processo de amadurecimento e desenvolvimento, principalmente no que se referem a seus conteúdos, recursos e metodologias.

No âmbito específico do cenário alagoano[1], as discussões em torno da inclusão da sociologia no currículo do ensino médio tiveram início a partir de 1999, mas só foi incluída no vestibular de 2001, após uma discussão que resultou em novas normas de seleção para o ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal de Alagoas/ UFAL. Como justificativa temos a falta de uma política educacional capaz de favorecer a inclusão da

[1] Cf. FLORÊNCIO, M. A. de L. A Sociologia no ensino médio: a trajetória histórica no Brasil e em Alagoas. In: PLANCHEREL, A. A.; OLIVEIRA, E. A. F de. *Leituras sobre Sociologia no Ensino Médio*. Maceió: EDUFAL, 2007.

disciplina no ensino médio, assim como a institucionalização tardia do curso de Ciências Sociais que só ocorreu em 1994 nesta unidade de ensino.

Na rede particular a sociologia passou a fazer parte das grades curriculares de forma irregular e ingressou em algumas escolas a partir de 2001. Estas inserções ocorriam, em sua grande maioria, em face da necessidade de preparar os alunos para as provas do vestibular, determinadas pela resolução nº 20/99, na qual estão definidas as normas para o ingresso nos cursos de graduação da UFAL, e para cumprir com as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM. Nas escolas públicas, o processo ocorreu de forma semelhante, a partir de reuniões com diretores, coordenadores e professores que optaram por incluir a disciplina na grade curricular das escolas.

Diante do exposto, o trabalho se debruça em três objetivos específicos: o primeiro que consiste em identificar as possibilidades e os limites institucionais e de formação específica de recursos humanos do ensino desta disciplina no atual contexto educacional. Visto que, mesmo com a aprovação da lei que garante o ensino obrigatório da sociologia e da filosofia nos três anos do ensino médio, sem dúvida o debate não se encerra, pelo contrário amplia, na medida em que passamos a discutir o papel das disciplinas na formação dos alunos e na formação e atuação dos docentes na sala de aula.

O segundo objetivo constitui em identificar e caracterizar as possibilidades do ensino da sociologia no nível médio em Maceió, bem como os recursos didáticos utilizados. Esta disciplina que se encontrava adormecida já há algum tempo, mas que agora vem a despertar, e sai em busca de reconhecimento, ao mesmo tempo em que passa a fazer parte de uma formação mais completa do aluno. Por isso o desafio no processo de passagem e/ou transposição do conhecimento adquirido na "academia" para o público do ensino médio.

O terceiro e último objetivo, se propõe a identificar junto aos documentos oficiais os argumentos em defesa do ensino da sociologia no nível médio, assim como identificar a atual situação do ensino desta disciplina em Maceió, em termos de dificuldades e facilidades de ensino. Quando nos referimos aos argumentos em defesa dessa disciplina, entende-se que são aqueles que contribuem para a legitimação dessa disciplina e voltados para a importância da disciplina na construção da cidadania.

A (re)inserção do ensino da sociologia no nível médio poderia ampliar o mercado de trabalho dos licenciados em Ciências Sociais, esta ampliação, contudo, é limitada devido a inexistência de uma regulamentação da própria obrigatoriedade deste ensino por profissionais com formação básica, integral e específica em Ciências Sociais. Atualmente, tem sido ministrado por profissionais das diversas áreas do conhecimento (historiadores, pedagogos, entre outros), por esse motivo o ensino da sociologia com qualidade encontra-se comprometido quanto às suas especificidades de objeto de estudo e de ensino, como também no seu desenvolvimento teórico e metodológico.

Em função desse quadro, consideramos pertinente investigar esse processo de (re) inserção da sociologia e buscar identificar as contradições existentes em seu ensino obrigatório. Para tanto, levamos em conta toda a trajetória da disciplina nos currículos escolares do ensino médio e por conseqüência os problemas que emergem com esse processo de obrigatoriedade do ensino da sociologia.

Para efetivação desse trabalho de pesquisa, inicialmente, procuramos fazer um estudo a respeito da presença da sociologia nas escolas de nível médio brasileiras, buscando compreender sua presença no campo educacional. Apresentamos, para tanto um resgate histórico da presença e/ou ausência desta disciplina no ensino médio. Logo, o ensino da sociologia no nível médio constituirá o primeiro capítulo desta dissertação.

No segundo capítulo do presente trabalho, estabelecemos uma discussão teórica na qual procuramos contrapor duas categorias sociais envolvidas no processo educacional e configuradas pelo ensino da sociologia no nível médio, que são elas: educação e ensino. Esse percurso se faz necessário para mapearmos qual a atual conjuntura que a sociologia, agora como disciplina obrigatória no nível médio irá enfrentar. Por isso a organização deste texto visa expor como se configura os lugares dessa disciplina, lugares estes marcados por uma estrutura escolar rígida e impregnada por uma visão neoliberalista acerca da educação.

No terceiro e último capítulo, procuramos também, enfatizar a atual legislação, para isso traçamos uma análise a respeito dos documentos oficiais que regulamentam o ensino da sociologia, tomando como ponto de partida as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, os Parâmetros Curriculares e as Orientações Curriculares Nacionais. Partindo da análise desses documentos, juntamente com os dados coletados a partir da aplicação de questionários com 13 professores de escolas da rede pública e privada do município de Maceió, foi possível promovermos, posteriormente um debate em torno das questões que cercam o ensino obrigatório desta disciplina.

Nas considerações finais, apresentamos uma síntese de toda a discussão abordada, com o objetivo de refletir sobre a importância da sociologia no nível médio.

2 O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO NÍVEL MÉDIO: UM RESGATE HISTÓRICO

Este capítulo buscará delinear em linhas gerais, o desenvolvimento histórico-social do ensino da sociologia no nível médio brasileiro. Onde procurar-se-á realizar um esboço analítico das particularidades e das condições de ensino desta disciplina, ao tempo que buscará identificar o seu lugar no sistema educacional do país e os dilemas enfrentados desde sua institucionalização em 1920 até os dias atuais.

A sociologia no Brasil[2] desenvolveu-se tardiamente[3] em relação ao seu processo de nascimento na Europa, uma vez que este se encontra intrinsecamente relacionado ao grau de desenvolvimento econômico, político e social da nação brasileira. A sua constituição e desenvolvimento enquanto disciplina no Brasil está associada, dentre muitos dos motivos, à contribuição de vários pensadores, sobretudo professores advindos da Europa e Estados Unidos que por aqui vieram, seja para ministrar cursos ou mesmo para lecionar. Portanto, aqueles que tinham acesso ao mundo literário na época, tiveram acesso a esse ambiente de discussão. Contudo, mesmo sendo reconhecido de imediato, tal fato não colaborou para que se tivesse uma reelaboração autônoma dessa novidade por aqui, pois tratava-se apenas de se conseguir notoriedade em círculos letrados. Dessa forma, a sociologia aparece quase sempre

[2] Vários estudos foram desenvolvidos acerca do desenvolvimento da sociologia no Brasil e com diversas abordagens, como pode ser observado nos estudos de Roger Bastide, Fernando de Azevedo, Antônio Cândido, Octavio Ianni, Florestan Fernandes, Ludki Filho, entre outros.

[3] Devemos enfatizar que a sociologia no Brasil, primeiramente esteve presente no ensino médio – na época denominado de ensino secundário – e só posteriormente se fez presente no ensino superior. Com a proclamação da República ao final do século XIX, temos as primeiras tentativas de introdução da disciplina no ensino médio. Já "a institucionalização acadêmica da Sociologia no Brasil ocorreu em meados da década de 1930, com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933) e com a criação da Seção de Sociologia e Ciência Política da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (1934). As tentativas, de relacionar o ensino e a pesquisa em Sociologia, ainda que limitadas e parciais em ambas as instituições, demarcam o início da chamada etapa da Sociologia Científica, a qual viria a ter seu apogeu em fins dos anos de 1950." (LIEDKE FILHO, Enno, 2005, p. 382)

nos escritos brasileiros simultaneamente à divulgação da obra de Augusto Comte e de outros pioneiros do pensamento sociológico.

Falando-se do ensino da sociologia em específico no ensino médio, sua presença é muito inconstante, mesmo levando-se em conta que desde os primórdios do século XIX tenha ocorrido defesas a respeito de sua presença nesse nível de ensino, o que podemos constatar é que na prática seu comparecimento esteve apenas em alguns momentos. Diante do exposto, este capítulo buscará fazer uma breve análise acerca da presença do ensino da sociologia no nível médio.

2.1 A Sociologia no Ensino Médio: O Período de Institucionalização

O ensino da Sociologia na educação de nível médio no Brasil ainda é uma realidade nova e pouco explorada, principalmente no ambiente acadêmico. Apesar de sua constituição enquanto disciplina científica e da institucionalização de suas atividades de ensino e pesquisa datarem da década de 20, o ensino de sociologia no Brasil é marcado por uma presença intermitente no campo escolar. Deve-se este processo ao contexto histórico-social vivenciado pelo país, assim como também aos ideais de luta daqueles que acreditavam no papel importante que a disciplina desempenhava no ensino médio no Brasil.

Jinkings (2004), ao analisar o processo de institucionalização da sociologia e de sua constituição enquanto disciplina acadêmica identifica sua vinculação às condições sociais, culturais e das políticas vigentes, especialmente no que diz respeito ao ensino dessa disciplina no nível médio. A incorporação da sociologia como disciplina obrigatória nos cursos de nível médio ocorrem em momentos de intensa mudança em todas as esferas da vida social e de tentativas de construção de um processo democrático no país. Entretanto, seu distanciamento das escolas ocorreu nos períodos marcados pelos regimes autoritários e ditatoriais, tais como, o Estado Novo e o regime militar pós-64.

A primeira tentativa de introdução da sociologia no currículo do ensino médio teve início juntamente com a chegada do positivismo em nosso país, com o ideário político de Benjamin Constant, Ministro da Educação do Governo Floriano Peixoto, em 1891. Colocava-se em execução pela primeira vez no Brasil um esquema educacional completo, elaborando um ensino secundário[4] segundo as séries hierárquicas das ciências abstratas de Augusto Comte, que apresentava um cunho enciclopédico. A sociologia foi introduzida como disciplina obrigatória nos cursos superiores, secundário (atualmente ensino médio) e militar. No entanto, no decorrer da implantação da reforma educacional por ele proposta, este veio a falecer e tal empreendimento não foi realizado. E dessa maneira, o ensino da Sociologia foi desobrigado, sem ao menos ser ofertado. Tais decisões foram tomadas mediante o decreto de nº 3890, de 1º de janeiro de 1901, também conhecida como Reforma Epitácio Pessoa.

O Brasil, ao final do século XIX, apresentava um embrionário processo de industrialização, com um cenário baseado em pequenos negócios sem ainda existir um mercado capaz de ativar a dinâmica interna no fluxo de capital. A educação era privilégio de uma pequena parcela da sociedade, onde a elite preocupava-se em enviar seus filhos para o estrangeiro, com o objetivo de ali concluírem seus estudos. A principal preocupação estava pautada na formação de futuros dirigentes. Assim, a educação foi incluída no projeto de construção da "Nação Brasileira", e nela a Sociologia participaria do processo de conhecimento da realidade do país. Nesse momento acreditava-se que o pensamento positivista representava o avanço no desenvolvimento social, mesmo sendo este de cunho conservador. É importante destacar que neste período a educação ainda sofria forte influencia da Igreja Católica, ou seja, não pertencia ao Estado administração desta.

> No caso do ensino secundário, a proposta era de um curso de formação de adolescentes e não de preparação para o ensino superior. Nesse sentido, o decreto nº98, de 8 de novembro de 1890, estabeleciam medidas que

[4] Atualmente denominado de Ensino Médio.

> objetivavam: [...] III. Organizar o curso tendo como eixo curricular as disciplinas científicas, de tal forma que os estudos se iniciariam com Aritmética no 1º ano e seriam concluídos com Sociologia e Moral no 7º ano. (SANTOS, 2004, p. 133).

Neste sentido, podemos inicialmente questionar os motivos que levaram a inserção da sociologia no ensino médio pela primeira vez no Brasil, ao final do século XIX. Segundo Jinkings (2007) o motivo da inserção da sociologia na educação no período do final do século XIX no Brasil, se dá como uma forma de contribuir para,

> O desmonte das idéias que davam sustentação à ordem patrimonialista e escravocrata, que a sociologia chegou aos cursos voltados à formação de educadores do ensino básico, no final do século XIX, sob a influência das idéias positivistas de Augute Comte. Naquele contexto, os estudos sociológicos associaram a Sociologia à moral e buscaram formar uma nova mentalidade, mais voltada para as "ciências positivas". (JINKINGS, 2007, p.117)

Segundo indicam estudos, a presença da Sociologia, de forma obrigatória[5], data da década de 20 do século passado, ou seja, foi precisamente entre os anos de 1925-28, que a sociologia passou a integrar os currículos do ensino médio. Em 1925, com a reforma Rocha Vaz, foi introduzido o ensino da Sociologia no nível médio do Brasil, nos cursos de magistério. A sociologia incorpora-se ao sistema de ensino como disciplina obrigatória da 6ª série ginasial, ofertada para aqueles que possuíam interesse em obter um diploma de "Bacharel em Ciências e Letras" e passando a ser ensinada a partir de 1928. (MEUCCI, 2000).

> Após a proclamação da república houve várias tentativas no sentido de se introduzir sociologia no currículo do curso secundário, o que somente se efetivaria em fins do decênio de 1920, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, por influência de Carlos delgado de Carvalho, na Escola Normal do Recife, por inspiração de Gilberto Freyre e influência de Antonio Carneiro Leão e, pouco mais tarde, em São Paulo, por Fernando de Azevedo. (NOGUEIRA apud MAZZA, 2006, p. 97)

[5] Cf. os estudos de Mota (2005), Meucci (2000), Maksenas (1995) e Morais (2003) que apontam para esse período.

Essas informações sugerem que foi por intermédio dos currículos escolares do ensino médio, da escola normal e dos professores que a sociologia, no Brasil chegou ao estatuto universitário.

Podemos considerar a década de 30, como o período mais promissor para a sociologia. Pois, em 1931, a Reforma Francisco Campos reforçou a inserção da sociologia no sistema de ensino, ao garantir a presença da disciplina nos cursos secundários, no curso normal (visto que existia uma grande preocupação com relação a formação de professores) e na grade curricular dos cursos preparatórios[6] para o acesso ao ensino superior . Esta proposta curricular teve como objetivo condicionar o aluno a compreender e decodificar os princípios que regulam o comportamento racional e científico necessários para a consolidação de uma organização social republicana. (TOMAZINI; GUIMARÃES, 2004)

Esta Reforma retomou antigas preocupações incluídas em reformas anteriores – Reforma Benjamin Constant Reforma Rocha Vaz – e relacionadas às questões da identidade do ensino médio. Visto que, os reformistas buscavam a substituição de uma educação de cunho clássico por uma mais moderna, onde os conhecimentos científicos estivessem ao alcance dos jovens da elite brasileira e não apenas de alguns especialistas. Pois, as aquisições dos conhecimentos científicos, de cunho social, poderiam contribuir na solução dos problemas sociais. A sociologia era pensada nesse momento, como um componente indispensável na formação dos jovens brasileiros, pois iria contribuir com a capacidade investigativa e propor soluções para os problemas nacionais ao mesmo tempo em que contribuiriam com o processo

[6] Também conhecidos como cursos complementares, pois faziam parte dos exames de admissão aos cursos superiores de Direito, Engenharia, Arquitetura, Química e Medicina. Possuíam duração de dois anos e eram realizados após o termino do ensino secundário (atual ensino médio). (COAN, 2006)

de transformação da sociedade brasileira. Buscava-se, portanto, a constituição de uma nova elite[7] para o país. (COAN, 2006)

De acordo com Jinkings (2004), o impulso dado a introdução das Ciências Sociais nos currículos de ensino médio durante as décadas de 20 e 30, tiveram como fatores principais as mudanças políticas, sociais e culturais que influenciou sensíveis alterações estruturais no Brasil[8]. No mesmo período, tem início um movimento pela renovação pedagógica, denominado Escola Nova que irá inspirar e orientar diversas reformas educacionais pelo país. "A "Escola Nova", que representava diferentes concepções educacionais e pedagógicas, unificou-se em torno de grandes temas como a defesa da escola pública leiga, a formação do "cidadão" para dirigir ou participar de uma organização política e administrativa mais complexa; a educação como fator de mudança [...]" (JINKINGS, 2004, p. 16). Tais acontecimentos contribuíram, sobretudo, para que os sociólogos brasileiros estivessem envolvidos não só com os debates acerca do retorno dessa disciplina para o nível médio, mas também com os cargos administrativos e docentes impulsionando o retorno da sociologia a esse nível de ensino. (MOTA, 2005).

É, portanto, neste ambiente de intensa reflexividade social e de intenso debate acerca das questões de natureza sociológica que ocorrem as reformas educacionais que incluíram a sociologia no currículo das escolas de ensino médio, pois tais reformas estavam calcadas na construção de um novo ambiente intelectual, longe daqueles marcados pelo bacharelismo e pelo

[7] É mister afirmar que, durante o período que compreende as décadas de 30 e 40 apenas uma pequena parcela da população brasileira tinha acesso ao ensino médio, neste sentido, os conhecimentos sociológicos não conseguiram atingir as camadas mais populares da sociedade nacional. Pois, o ensino secundário atendia fundamentalmente a uma elite que buscavam a formação superior. (MOTA, 2005)

[8] Nos anos compreendidos entre 1920 e 1930, o Brasil sofre sensíveis alterações estruturais. "A efervescência social, política, intelectual e cultural do início do século XX, expressa no Brasil em acontecimentos e movimentos como o tenentismos, as lutas operárias, a fundação do Partido Comunista Brasileiro, a Semana de arte Moderna, as chamadas Revolução de 1930 e Revolução Constitucionalista de 1932, favorecia a reflexão sobre a vida social e o sistema capitalista que se estruturava no país." (JINKINGS, 2007, p. 117)

pensamento formal. A sociologia surgia como um instrumento capaz de discutir os mais variados fenômenos sociais. De acordo com Florestan Fernandes foi,

> No setor da Inteligência propriamente dita, foram os educadores que procuraram enfrentar as necessidades da situação nova e propor reformas que ajustassem o ensino brasileiro à ordem social democrática. Graças a essas reformas o sistema educacional brasileiro começou a atender à diferenciação que se está processando na procura da educação escolarizada. Devido a sua importância teórica e prática para os educadores, a sociologia encontrou nestas reformas um reconhecimento de sua utilidade na formação intelectual do professor. Por isso, desde 1925 ela tem sido introduzida, alternadamente nos currículos de escolas de nível médio e de nível superior. Com isso, a sociologia ganhou um lugar definido e estável dentro do sistema sócio-cultural brasileiro. (1980, p. 38)

Neste sentido, durante os anos de 1925 a 1942, a sociologia apresenta-se de forma consolidada em nosso campo social e educacional. Seu prestígio ultrapassa os muros acadêmicos e atinge o cotidiano das classes médias. Os termos sociológicos popularizam, torna-se comum as discussões sobre classes sociais, feminismo, capital, alienação, desenvolvimento social, proletariado entre outros. "[...] Sua divulgação ocorre por meio da imprensa escrita e do rádio, que cada vez mais passam a utilizar o jargão sociológico em sua linguagem[...]" (MEKSENAS, 1995, p. 68)

Logo, temos o florescimento dos primeiros cursos acadêmicos de Ciências Sociais, juntamente com a criação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e a Criação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, com o mesmo fim, ou seja, contribuir com a formação de uma nova elite capaz de liderar as esferas políticas, econômicas e sociais.

> Alarmados pelas tensões econômicas políticas e sociais provocadas pelo ritmo de desenvolvimento desigual de São Paulo e das demais regiões do país, alguns lideres mais perspicazes das camadas conservadoras perceberam que as ciências poderiam preencher funções sociais construtivas na transformação da sociedade brasileira. Fundaram aquelas escolas e tentaram aparelhá-las de modo que pudessem cumprir seus fins práticos. Primeiro, em termos de formação de elites, ou seja, de uma nova concepção da educação das camadas dirigentes; segundo, em termos de utilidade prática previsível dos conhecimentos que os cientistas sociais poderiam descobrir pelo estudo

> objetivo da sociedade brasileira e das fontes de tensão que operam dentro dela. (FERNANDES, 1980, p.85)

Diante do exposto, podemos considerar que a sociologia no Brasil, assim como na França, desenvolveu-se a partir de sua aplicação na área educacional, pois acreditava que esta juntamente com outras disciplinas poderia contribuir com novos rumos para a educação nacional.

Contudo, o auge do ensino da sociologia no ensino médio não é duradouro; seu período de glória e de difusão de conhecimento começa a entrar em decadência nos últimos anos da década de 30 e em 1942 tem início um longo período de ausência em que a disciplina ficará longe da escola, com a promulgação da Reforma Capanema.

Em 1942, na vigência da 2ª fase da era Vargas, entra em vigor a Reforma Capanema, por iniciativa do então Ministro da Educação Gustavo Capanema, que instituída pela então denominada Lei Orgânica do Ensino Secundário, criou uma nova organização estrutural para a educação média, que perdurou por aproximadamente 30 anos. O ensino médio (até então denominado de ensino secundário) foi dividido em dois ciclos: o ginasial e o colegial. O primeiro de duração de quatro anos e organizado em um único curso. O segundo com duração de três anos, porém dividido em dois cursos paralelos: o científico com uma formação voltada para o estudo das ciências e o curso clássico designado à formação intelectual. A conclusão de qualquer um dos cursos, mediante o vestibular, daria acesso ao ensino superior. (SANTOS, 2004)

Portanto, segundo Mota (2005, p. 29), “com a intenção de desatrelar o ensino secundário do ensino universitário, a reforma Capanema extinguiu os cursos complementares que preparavam para as carreiras superiores”. Desse modo, o ensino da sociologia perdeu completamente sua obrigatoriedade, pois até então era compreendida como preparatória para

determinados cursos superiores, tais como o de direito, medicina e engenharia, e a partir de agora estava presente apenas nas escolas normais.

Os objetivos destes novos mecanismos pedagógicos estavam direcionados a fortalecer o espírito patriota e cívico dos indivíduos, garantindo assim uma unidade nacional maior e o culto da obediência às leis. Neste período o papel da ciência na formação dos jovens brasileiros tinha por finalidade possibilitar o domínio de técnicas que melhorasse o processo de trabalho e não a desenvolver as capacidades investigativas dos indivíduos, impedindo dessa maneira, o questionamento a respeito da realidade social brasileira vivenciada naquele momento.

A sociologia, portanto, passa a figurar por um lado oposto ao compreendido entre os "*anos dourados*[9]" e sob essa inversão passa a ser entendida como incremento a subversão, ou seja, o ideário produzido pelo Estado Novo vê nas discussões sobre greve, movimento social e o papel da mulher na sociedade de classes um meio de divulgação de atos subversivos, pois, neste período a sociologia estava associada aos princípios socialistas e por isso, com o intuito de controlar essas discussões acabam por excluir a disciplina do ensino médio brasileiro. (...) "Infelizmente, essa reforma, longe de corresponder às exigências do instante em que vivíamos, foi, na evolução da educação brasileira, um retrocesso" (...) (NUNES, 1999, p.101).

Com o final da Segunda Guerra Mundial e, bem como do Estado Novo no Brasil, tivemos uma tentativa de democratização do país. No campo educacional tivemos uma abertura para discussão acerca da reintrodução da sociologia nos currículos do ensino médio, o que acarretou numa ampliação das reflexões no meio acadêmico e intelectual. Segundo Jinkings (2004, p. 20),

> [...] é o que se desenvolveu no *Synposium sobre o Ensino da Sociologia e a Etnologia*, com a participação de professores e estudantes do curso de

[9] Termo utilizado por Paulo Meksenas (1995) para denominar o período compreendido entre os anos de 1925 a 1942.

> Ciências Sociais da FFCL-USP e da Escola de Livre de sociologia e Política. Nele foram apresentadas análises que apontavam para a necessidade de integração efetiva da sociologia no sistema educacional brasileiro e tratavam das potencialidades educativas do professor da disciplina no país.

Foi a partir da década de 50, portanto, que o debate acerca do ensino da Sociologia na educação de nível médio, ganhou maior visibilidade. O I Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em São Paulo em 1954, onde neste evento, Florestan Fernandes em sua comunicação intitulada "O ensino de Sociologia na escola secundária brasileira", analisou as possibilidades da introdução da sociologia no ensino médio, tomando como ponto de partida uma reflexão que relaciona o sistema educacional brasileiro às condições sócio-culturais nas quais encontrava-se inserido. Tal questão de se discutir se a sociologia deveria ou não ser lecionada no nível médio foi colocado como uma das maiores responsabilidades com a qual o cientista social deveria defrontar-se.

Deste modo, existiam aqueles que defendiam o ensino da sociologia no ensino médio, ao acreditarem que esta seria uma possibilidade de ampliação de um novo campo de trabalho, que até então era restrito. E Florestan Fernandes considerava tal defesa legítima, porém, acreditava que o ensino da sociologia representa uma das formas mais construtivas no processo de difusão dos conhecimentos. Outra observação refere-se à transmissão dos conhecimentos sociológicos, ao enfatizar que estes encontravam-se relacionados à necessidade de ampliação da esfera de ajustes e controles sociais presentes na fase de "[...] transição das sociedades ocidentais para as novas técnicas de organização do comportamento humano [...]"(FERNANDES, 1980, p. 106), ou seja,

> O ensino das ciências sociais no curso secundário seria uma condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre meios e os fins, em qualquer setor da vida social. (idem, p. 106)

Partindo dessa perspectiva, a inclusão da sociologia no currículo do ensino médio, no Brasil, ocorreu como resposta às necessidades derivadas de processos e situações intrínsecas a

forma como se organizou e se constituiu a sociedade capitalista em nosso país. As razões de ordem mais gerais que impulsionaram a educação moderna e estimularam o ensino da sociologia tanto nas escolas secundárias como nas universidades das sociedades burguesas ocidentais, se sobrepõem no Brasil, as peculiaridades de sua inserção nos movimentos do capitalismo mundial. Desse modo, o ensino dessa disciplina no nível médio, "[...] se justificaria como "fator consciente ou racional de progresso social", que permitiria reforçar os processos de socialização em um país socialmente, economicamente e culturalmente desigual. (JINKINGS, 2004, p. 22)

Diante do exposto, as concepções da aplicação da sociologia na formação dos professores, ou seja, nos cursos normais, deixam claras as funções atribuídas ao ensino da sociologia no nível médio. Ao analisar este período, Meucci (2000), identifica que temos uma mudança significativa no programa curricular destes cursos quando ocorre a introdução da "sociologia educacional" como disciplina obrigatória. Esta ao lado de outras disciplinas deveria contribuir no processo de tornar científica a ação educativa, ou seja, ela deveria contribuir na formação de um conhecimento mais objetivo acerca da vida social e dos significados da educação na sociedade brasileira. (JINKINGS, 2004)

Ainda segundo Jinkings, tal expectativa partia do pressuposto de que o sistema escolar deveria está ajustada ao meio social e as suas principais necessidades. Pois, seria exigida dos professores uma compreensão da realidade social e das situações da vida cotidiana na qual estava inserida a escola. Caberia, portanto, a estes a tarefa de líderes capazes de levar o desenvolvimento às comunidades e de orientar um ajustamento objetivo entre indivíduos e sociedade.

A reflexão feita por Fernandes (1980), acerca do ensino da sociologia no ensino médio, se constitui enquanto um ponto de partida legítimo para as discussões que devem ser tomadas tanto no âmbito político, como administrativo. Para o sociólogo, "[...] do ponto de

vista prático, a questão de saber se a Sociologia deve ou não ser incluída no currículo oficial da escola secundária brasileira possui a mesma natureza que qualquer outra questão, relativa às possibilidades de introduzir-se determinada inovação dentro de um sistema dado [...]" (idem, p. 111).

Portanto, a inclusão da sociologia nos currículos do ensino médio seria possível e aos sociólogos caberia o desafio de intervir nas condições pedagógicas na qual o ensino da disciplina estava inserido. Desse modo, o ensino da sociologia teria como função preparar as novas gerações para o tratamento científico de problemas econômicos, políticos, administrativos e sociais de um país ainda em processo de formação.

2.2 Da Ausência à Obrigatoriedade do Ensino da Sociologia no Nível Médio.

A busca pela modernização do país estimulada através da política desenvolvimentista do governo Kubistscheck envolveu tanto a sociedade como as universidades. Com o apoio de algumas instituições internacionais, tais como: UNESCO, OEA, CEPAL, OCDE foi atribuída à escolarização um papel fundamental no processo de transformação do Brasil, no sentido de estimular o fortalecimento de uma sociedade mais próspera e democrática. O que acarretou na atração de vários cientistas sociais para o campo educacional. (MAZZA, 2006)

A década de 50 é marcada por um expressivo desenvolvimento de pesquisas sócioeducacionais, assim como, o fortalecimento do movimento de opinião pública em favor da reforma do sistema educacional brasileiro. A educação rompeu os muros da universidade e ganhou visibilidade social, contribuindo com a campanha em defesa da escola pública.

> a educação passou a ombrear-se com temas que eram então privilegiados – urbanização, industrialização, mudança, desenvolvimento. Empregando os recursos teóricos-metodológicos das disciplinas respectivas, sociólogos e antropólogos financiados em grande parte pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, realizaram várias pesquisas sobre escolas, alunos, professores. Neste período de marcado interesse por educação, que se prolongou até os primeiros anos da década de sessenta, os estudos eram bastante diversificados quanto à temática e abordagem (GOUVEIA apud MAZZA, 2006, p. 106)

Em meados da década de 50 a produção sociologia volta-se para um novo projeto, o de conhecer a sociedade em que viviam e tentar modificá-la. Os trabalhos desenvolvidos a partir de então demonstraram uma ampliação dos temas de pesquisa, do volume e do número de pesquisadores, segundo Mazza (2006), tivemos ainda a distinção entre antropologia e os vários campos da sociologia. Este se deu a partir das várias áreas de estudos e não em função da metodologia.

Portanto, foi nesse ambiente democrático da política nacional brasileira, que durante os anos de 1950 e parte dos anos 60, contribuíram para a permanência do ensino da sociologia nos cursos normais e superiores tanto de Ciências sociais, como de outros cursos principalmente influenciados pela expansão das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Porém, em 1962, o Conselho Nacional de Educação e o Ministério de Educação publicaram os novos currículos do ensino médio, nos quais a sociologia não foi mencionada em nenhuma das partes, obrigatórias, complementares e optativas. Tivemos ainda, em 1961 a criação da nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que pouco modificou a estrutura educacional do país. Com início da segunda fase da Era Vargas, o ensino da sociologia esteve presente apenas nos cursos normais, nos quais permaneceria até o golpe militar de 1964, com as mesmas características gerais.

Com golpe militar de 1964 passou a vigorar uma nova política no Brasil. De acordo com Jinkings (2004), as reformas educacionais que ocorreram nos governos militares, pós 64, tiveram como estimulo o controle privado das instituições públicas, ao mesmo tempo em que estabeleceram o processo de profissionalização compulsória induzindo a transformação do ensino médio em profissionalizante, tendo por objetivo formar uma força de trabalho mais técnica. Conseqüentemente, a sociologia e a filosofia foram retiradas do ensino médio, pois a ditadura militar se encarregou de excluir todo e qualquer resquício dessas disciplinas neste

nível de ensino. Professores e universitários da disciplina foram presos, cassados e/ou aposentados a partir de 1969, como decorrência do Ato Institucional nº 5 (Al-5)[10].

E neste clima de perseguição e censura não existia mais espaço para os debates sociológicos em quaisquer que fossem os níveis de escolaridade, porém devemos ressaltar que não foi apenas a censura, a sociologia na verdade não se enquadrava mais no projeto educacional, proposto pela ditadura militar. Assim, com o decreto-lei nº 5.692/71, o primário e o ginásio se fundem em um único campo, passando a ser denominado de 1º grau e 2º grau tornando-se profissionalizante. Neste contexto histórico, a sociologia deixa de ser obrigatória, passando a figurar num rol de 104 disciplinas de caráter optativo.

Além desses, podemos citar outras conseqüências das políticas educacionais, como a que possibilitou uma maior separação entre as licenciaturas e os bacharelados nas universidades,

> empobrecendo a formação de professores para o ensino básico. Quanto ao ensino de sociologia, a disciplina, dentre outras humanísticas, científicas ou técnico-profissionalizante, figurava como optativa nos currículos do curso colegial. A disciplina obrigatória "organização social e política brasileira" incorporava e difundia nas escolas as concepções conservadoras de sociedade, de nação e de modernidade defendidas pelos ideólogos do regime militar [...] (JINKINGS, 2004, p. 26)

Costumamos atribuir à exclusão da sociologia do universo do ensino secundário à Ditadura Militar instaurada em 1964; no entanto, esquecemos que foi durante a vigência do Estado Novo (1942), que a disciplina iniciou seu afastamento dos currículos escolares. A Ditadura Militar foi responsável, sim, pelo impedimento das discussões relativas ao retorno da sociologia ao nível médio, conforme analisa Adriano Giglio,

[10] São os fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições do povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os. meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964). Disponível em: www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacão. Acesso em 27 de agosto de 2010.

> O que se pode atribuir à ditadura militar de 64 é uma outra espécie de culpa quanto ao tema da sociologia no ensino secundário, pois, se não foi esse segundo regime autoritário que excluiu dos currículos escolares, foi ele o responsável pela fenda que impediu o desenvolvimento dos debates, reflexões e mesmo experiências em torno da inclusão dessa área do conhecimento como disciplina. (1999, p.04)[11]

O contexto político do regime ditatorial no Brasil não permitia a inclusão ou sequer a discussão de questões ligadas à sociologia, acentuando assim o seu esquecimento de um possível retorno às grades curriculares do ensino médio. A sociologia foi considerada como um "[...] sinônimo de comunismo e o seu ensino servia de 'aliciamento político', portanto, perturbava o regime e a sua presença era um indicador de periculosidade para as elites. (RÊSES, 2004). Deste modo, todo esse período em que a presença da Sociologia nos currículos de ensino médio foi negada, ou se fez de forma muito tímida, trouxe conseqüências práticas para o campo das ciências sociais, pois o ensino da Sociologia por um longo tempo deixou de ser um objeto de estudo, o que ocasionou um empobrecimento nas discussões permanentes sobre seu sentido na educação, elaboração de materiais didáticos, metodologias de ensino entre outras. (COAN, 2006)

O Brasil chega ao final da década de 70, diante de uma grave crise econômica, política e social, devendo-se tais fatos aos anseios da democratização e ao fracasso do modelo econômico e das políticas sociais. (SANTOS, 2004). O movimento pela democratização do país, representado pela reorganização do movimento estudantil, ressurgimento da luta sindical e política partidária de esquerda, bem como pelos novos movimentos sociais desencadeiam a necessidade de mudanças também no campo educacional. Por isso, em 1982 o governo encaminhou um novo projeto de lei, no qual propunha alterar os termos da Lei 5692/71. O novo projeto pôs fim a obrigatoriedade do ensino profissionalizante nas escolas secundárias. A Lei 7044 de 18 de outubro de 1982 estabelecia "que a preparação para o trabalho no 2º grau

[11] GIGLIO, Adriano. A sociologia na Escola Secundária: uma questão das Ciências Sociais no Brasil - Anos 40 e 50. Apud RÊSES, 2004.

poderia ensejar uma habilitação profissional, desde que fosse do interesse do estabelecimento de ensino. (SANTOS, 2004, p. 150). Tais mudanças abriram novas possibilidades para a introdução de disciplinas optativas.

Nesse mesmo período ocorreram manifestações localizadas de estudantes e cientistas sociais reivindicando o retorno da sociologia aos currículos escolares. Com o favorecimento dado pela Lei nº 7.044, tivemos a introdução do ensino da sociologia em algumas escolas, de alguns Estados da Federação[12]. Contudo, com a introdução do ensino dessa disciplina vieram também as dificuldades, tais como: a falta de professores formados e capacitados, necessidade de concursos públicos, falta de livros e outros materiais didáticos apropriados a esse nível de ensino.

Ainda na década de 80, tivemos a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, onde deputados e senadores buscaram elaborar e regulamentar diversos aspectos dessa nova carta. No entanto, dentre os principais capítulos ausentes de regulamentações estava o referente à educação. Parlamentares, vinculados a tais discussões de tão relevante temática, dão início a um novo trabalho, que tem por o objetivo redigir a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). O capítulo sobre educação na constituinte e o novo projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional desenvolveram-se marcadamente dentro de um quadro que se desenhou nas décadas de 80 e 90. (COAN, 2006)

O Brasil chega ao final dos anos 80 e a década de 90 vivenciando um período de forte efervescência teórica, política[13] e sindical. Teve início a gestão de Fernando Collor de Mello,

[12] No início da década de 80, alguns estados decidem pela re-introdução da sociologia nos currículos das escolas de nível médio, onde se destacam os estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais. Cf. os estudos de Jinkings (2004), Moraes (2004), Mota (2005), Meksenas (1995).

[13] "Na década de 90 o projeto político dominante de inserção do país na ordem competitiva mundial, as mudanças no mundo do trabalho e a emergência de novas formas de produção de conhecimento propiciam o surgimento de novas demandas e interesses de diversos setores por questões relativas ao emprego, crise do sindicalismo, impactos sociais das novas tecnologias, mudança de paradigma produtivo. Especificamente, há um

primeiro presidente civil, eleito pelo voto popular direto. No mesmo período foram concretizadas as propostas da Constituição de 1988, como a finalização dos processos estaduais de elaboração de suas constituições. Toda essa movimentação manteve acesso o debate socioeconômico e a necessidade das discussões sociológicas. No que concerne à educação, desenvolvesse as discussões a respeito de quais caminhos deveriam ser trilhados. Era forte a influência da orientação marxista no período, ou seja, segundo Coan (2006) tivemos a introdução de análises de autores marxistas, bem como a adequação da própria obra de Karl Marx como um importante aliado na construção da crítica economicista, ao tecnicismo e as posturas positivistas e funcionalistas até aqui dominantes. A herança tradicional-conservadora funcionou como um contrapeso que, no embate de ambas as orientações; foram criadas as condições para o estudo aprofundado das contradições de nosso sistema educacional. (FRANÇA, 2009)

E como principal evidência desta influência podemos destacar, a elaboração do primeiro projeto da LDBEN apresentado a Câmera Federal, no qual estavam presentes os subsídios para o debate da nova LDBEN tendo como eixo principal de análise a concepção de construção de uma educação politécnica, contrapondo-se a antiga tradição tecnicista e fragmentaria da educação até então vigorante no país.

Em 20 de dezembro de 1996 é finalmente promulgada a Lei nº 9394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A aprovação foi feita pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Anteriormente a essa tomada de decisão o projeto foi amplamente discutido com o Fórum Nacional da educação, do qual faziam parte, grandes e expressivas entidades do setor educacional do país. O relator da lei, tal como a história registra foi o então senador Darcy Ribeiro – sociólogo e antropólogo – que determina alterar completamente o projeto original, desfigurando-o em seus inúmeros aspectos.

---

crescimento da demanda por informações sobre as modificações nos processos de formação profissional, a reestruturação do mercado de trabalho e o novo perfil do trabalhador" (SANTOS, 2004, p. 156)

De todas as mudanças, as que mais marcaram foram as relacionadas aos sociólogos, onde, no projeto original aprovado pela câmara, a disciplina era explicita e expressamente obrigatória não existindo brechas para duplas interpretações. Porém, na lei sancionada pelo senado, em seu artigo 36, apresentava certa falta de clareza, assim como a possibilidade de uma dúbia interpretação. Por isso, Lejeune Mato Grosso (2004) destaca que para nós cientistas sociais a determinação do artigo torna-se compreensível, porém para os demais se abre um leque de interpretações, pois está previsto no artigo 36, § 1°, inciso III da Lei n. 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que ao final do Ensino Médio os educandos devem demonstrar "*domínio dos conhecimentos de filosofia e de sociologia necessários ao exercício da cidadania"*

Portando, a sociologia juntamente a filosofia voltam a fazer parte dos currículos escolares do ensino médio, apenas como uma sugestão, ou seja, como um elemento importante para o exercício da cidadania, não como disciplina obrigatória, mas apenas como uma das possibilidades de atividade ou projeto, para compor a grade curricular deste nível de ensino. (MOTA, 2005)

A nova LDB recomendava a organização do currículo para a educação básica dividida por áreas de conhecimento, habilidades e competências, como a adotada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): "Linguagens, Códigos e suas Tecnologias", "Ciência da Natureza, Matemática e suas tecnologias", "Ciências Humanas e suas tecnologias". Assim, em 1999 a sociologia é reintroduzida ao ensino médio, porém sob um forte risco de ser diluída na área de saber "Ciências Humanas e suas tecnologias, pois as diretrizes estabeleciam como obrigatórias as áreas e não as disciplinas. Portanto, para disciplinas já consolidadas, tais determinações não implicavam problemas, no entanto, para as disciplinas como a sociologia, que estavam regressando ao ensino médio, seus conteúdos poderiam facilmente ser abordados

por disciplinas como história e geografia e não necessariamente possuir um espaço próprio nas grades curriculares.

No período compreendido entre os anos de 1997 a 2001, uma nova proposta de inclusão obrigatória da sociologia tramitou na comissão de Educação e na de Constituição e Justiça, sendo aprovada em todas estas instâncias e encaminhada a Câmera dos Deputados e para o Senado Federal, onde o projeto de Lei foi aprovado em 18 de setembro de 2001. Entretanto, no último dia do prazo regimental para a aprovação ou veto, o então sociólogo e presidente da República Fernando Henrique Cardoso o vetou em 8 de outubro do mesmo ano. Como justificativa de sua decisão, utilizou-se de inconsistentes argumentos, destacando a falta de profissionais e o alto custo desta medida.

> A inclusão da Filosofia e da Sociologia no currículo do ensino médio implicará na constituição de ônus para os Estados e o Distrito Federal, pressupondo a criação de cargos para a contratação de professores de tais disciplinas, com o agravante de que não há no País formação suficiente de tais profissionais para atender a demanda que advirá caso fosse sancionado o projeto.[14]

De acordo, com França (2009) o projeto que foi vetado, pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, vem demonstrar que dentro do jogo político existe um grande abismo entre as necessidades e as decisões tomadas, pois,

> Os argumentos do governo, comunicados por ocasião do veto, atendendo à formalidade do processo legislativo, não trouxeram novidade. Vinham sendo ditos aos quatro ventos pelo ministro (da educação), pelo líder do governo no Senado – que teve, assim, seus quinze minutos de (má) fama -, pelos técnicos do Ministério, pelos conselheiros ilustrados do rei, e já tinham sido breve, mas desastrosamente, apresentados nas chamadas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio: uma interpretação para lá de liberal do inciso III, § 1º do Artigo 36 da LDB (Lei nº9394/96, o que aliás, suscitara a propositura de tal Projeto de Lei (09/00) que vinha esclarecer o conteúdo de tal dispositivo legal e, sobretudo, alertar ao Congresso e à Nação sobre as ações perniciosas tomadas pelo Conselho Nacional de Educação que, numa penada, usurpou do legislador legítimo a competência de estabelecer o sentido da lei (MORAES, 2004, p. 106).

[14] Diário Oficial da União de 09 de outubro de 2001 apud RÊSES, Erlando da Silva. ....E COM A PALAVRA: OS ALUNOS. Estudo das Representações sociais dos alunos da Rede Pública do Distrito Federal sobre a Sociologia no Ensino Médio. Dissertação de Mestrado, Brasília, 2004. p. 21.

Neste sentido, eram crescentes as discussões e os debates sobre as questões que exigiam conhecimentos sociológicos para a população. Contudo na decisão política, antes de proporcionar uma sistematização e um aprofundamento teórico de nossa realidade, optou-se por deixar parcelas significativas com saberes do tipo "senso comum", caótico, desorganizado, fragmentado à implantação de uma disciplina que auxiliasse na sistematização dos conhecimentos cotidianos dos sujeitos. (FRANÇA, 2009)

Durante todo esse período, a definição acerca da presença da sociologia nas séries do ensino médio ficou na prática, por conta dos Estados, onde leis estaduais ou recomendações das secretarias estaduais de educação firmaram a inclusão da disciplina como obrigatória em pelo menos uma das séries do ensino médio. (JINKINGS, 2007). A reintrodução da disciplina ocorre com a homologação do Parecer 38/2006 do Conselho Nacional de Educação, de 10 de julho de 2006 torna obrigatória a inclusão das disciplinas de filosofia e sociologia na grade curricular do ensino médio brasileiro em todas as escolas públicas e privadas. As mesmas teriam que no prazo de um ano, a contar da data da homologação se adequar à medida.

Todo esse debate em torno da obrigatoriedade do ensino da sociologia no campo escolar tem feito surgir novos materiais didáticos voltados para o seu ensino e a formação de professores. Ao mesmo tempo, "foram defendidas dissertações de mestrado abordando o tema do ensino de Sociologia ou Ciências Sociais, enquanto congressos nacionais de Sociologia ou dilemas relativos ao ensino da disciplina e às experiências dos cursos de licenciaturas em Ciências Sociais foram objeto de diversos trabalhos [...]" (JINKINGS, 2007, p. 124)

Em 08 de maio de 2008, finalmente a obrigatoriedade do ensino da sociologia no nível médio torna-se lei federal, aprovada pelo Senado e sancionada em 2 de junho do mesmo ano, pelo presidente em exercício naquele momento, José de Alencar. Estava, portanto, estabelecida a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de sociologia e filosofia no nível médio, para todo o território brasileiro nas escolas públicas e privadas. Porém, foi feita uma

consulta ao Ministério da Educação sobre o processo de implementação, onde se questionou o prazo de adequação das disciplinas. Como resposta o Conselho Nacional de Educação emitiu um Parecer (CNE/CBE[15] Nº 22, de 08 de outubro de 2008), fundamentado na obrigatoriedade, onde buscou normatizar a implementação das disciplinas anteriormente citadas. Deste modo, ficou decidido que a mesma se realizasse de forma gradual a partir do ano de 2009 em pelo menos uma das séries do nível médio; e depois gradativamente a inclusão de uma por ano, contemplando inclusive a modalidade de ensino profissionalizante, que no caso conta com a duração de quatro anos. Todas as modalidades deverão conter as duas disciplinas em cada um de seus anos, respectivamente, até 2011 e 2012.

No parecer consta ainda, que será de responsabilidade das instituições escolares a definição do papel dessas disciplinas em seu currículo, destinando carga horária suficiente para o seu adequado desenvolvimento disciplinar.

Não obstante, tais fatos não encerram o debate, acerca do ensino da sociologia, mas amplia, na medida em que as discussões se voltam para o papel dessas disciplinas na formação dos alunos, nos objetivos que acercam, na formação e atuação dos docentes em sala de aula, na escola e na comunidade, pois segundo Bridi et al . (2009, p. 49),

> Embora há muito tenha sido demarcada a importância do ensino da Sociologia e da Filosofia na formação do cidadão e no processo de reflexão sobre o pensar, somente a partir do momento em que essas disciplinas se institucionalizam como obrigatórias no ensino médio [...] torna premente a necessidade de maior clareza quanto ao que ensinar nessas disciplinas curriculares, os seus objetivos e papel delas na formação intelectual e humana dos adolescentes no atual contexto de transformações sociais.

Neste sentido, não se trata apenas de um debate acerca dos programas dos cursos, mas sobre as políticas educacionais, uma vez que a realidade educacional vivenciada pelo país na atualidade necessita de soluções urgentes. Por isso, concordamos que a inclusão das

[15] Cf. Portal do MEC <htt://portal.mec.gov.br>. Acesso em 27 de agosto de 2010.

disciplinas de sociologia e filosofia podem contribuir na luta por uma escola de qualidade. Com isso, a temática, o ensino da sociologia, vai além de as questões corporativas, como por exemplo, a necessidade de ampliação do mercado de trabalho para os bacharéis e licenciados nos respectivos cursos, muito embora tenhamos em mente que o docente apto a ministrar as aulas deva ser aquele pertencente aos cursos supracitados.

Reconhecemos que a inclusão da sociologia e da filosofia no ensino médio é tão necessária quanto a sua legitimação por parte da sociedade. Sua docência vem para contribuir, de forma peculiar e de modo específico junto com as demais disciplinas à construção de uma sociedade mais reflexiva, compreensiva e investigativa, capaz de problematizar a realidade, pois, acredita-se, na possibilidade de seus conceitos e métodos contribuir aos educandos de alguma forma na construção de um olhar mais crítico perante a sociedade, na percepção das desigualdades, das contradições e da realidade em sua volta. (BRAGANÇA, 2001).

3 SOCIOLOGIA E ENSINO MÉDIO: UM DEBATE ACERCA DA PRESENÇA DA SOCIOLOGIA NA ESCOLA.

A sociedade contemporânea tem se caracterizado por um conjunto de acontecimentos que estão induzindo o desenho de uma nova realidade social, resultado de fenômenos sócio-econômicos, políticos e culturais que nos impõem grandes desafios. Pois, com os grandes avanços na área da tecnologia, a humanidade chega ao século XXI imersa num imenso mar de contradições, onde os movimentos de mundialização do capital e o colapso capitalista apresentam características de uma profunda crise estrutural do capital. Podendo ser observada através de múltiplas manifestações, como: "[...] a expansão da esfera financeira e dos capitais especulativos; o aumento dos níveis de pobreza e da desigualdade social; a violência urbana quase incontrolável, [...] o processo de precarização do trabalho, com a ampliação de uma população trabalhadora subcontratada ou desempregada [...]" (JINKINGS, 2009, p. 03). E diante desse contexto, a sociologia se depara com constantes desafios principalmente no que se refere ao seu ensino.

As rápidas mudanças que atingem as diversas esferas sociais e que conseqüentemente, influenciam nas formas de pensar, agir e as condições de vida e trabalho, levam a sociologia o desafio de pensar e/ou repensar conceitos, formulações e modos de interpretações da realidade social. Isto é, "a sociologia confronta-se permanentemente com desafios teóricos e metodológicos inerentes ao seu objeto de estudo: a realidade social em movimento. Este objeto vivo, contraditório, em contínua transformação, torna-se mais complexo à medida que se desenvolvem novas configurações e possibilidades da vida em sociedade" (JINKINGS, 2007, p. 113). E neste sentido, podemos afirmar que a sociologia é uma ciência singular, que se questiona a todo o momento, refletindo e produzindo novas interpretações acerca da vida social, ao mesmo tempo em que cria novas polêmicas e embates teóricos.

Partindo dessa perspectiva, então, por que ensinar sociologia no nível médio? Essa é uma das principais questões que se coloca diante do debate que vem se intensificando na sociedade brasileira acerca do retorno desta disciplina no nível médio. Neste sentido, o presente capítulo buscará estabelecer e conceituar algumas categorias envolvidas no processo educacional, tendo como ponto de partida uma análise dialética em todas as suas nuances.

3.1 Particularidades e os Desafios do Ensino da Sociologia

Ter como tema a sociologia no ensino médio implica fazermos um movimento reflexivo complexo, onde o método materialista histórico-dialético[16] contribuirá enquanto instrumento teórico de interpretação da realidade educacional que queremos compreender. Temos como ponto de partida a escola formal capitalista, regida sob as condições da lógica do capital que tem no individualismo, no lucro e competição todos os seus fundamentos.

Neste sentido, entendemos que o sistema educacional encontra-se vinculado aos interesses de classe; comprometido na luta de classes e/ou nas contradições entre capital e trabalho. A educação, por sua vez, como parte de uma totalidade compreendida através de múltiplas determinações e relações sociais, constitui-se ao mesmo tempo por estas relações, organizando-se como um campo de disputa hegemônica, pois,

> "além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas habilidades sem as quais a atividade produtiva não poderia ser realizada, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores dentro da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos". (Mészáros apud Frigotto, 1995, p. 26)

[16] Faz-se necessário esclarecer que o método de investigação empregado neste trabalho é o método materialista histórico-dialético, especificamente a dialética marxiana. Pois, para Marx "a pesquisa tem que captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão intima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. A dialética, em sua configuração racional, é um incomodo e um horror para a burguesia e para os seus porta-vozes doutrinários, porque, no entendimento positivo de existente, ela inclui ao mesmo tempo o entendimento de sua negação, da sua desaparição inevitável, porque aprende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto, também com seu lado transitório, porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, critica e revolucionária". (MARX, O Capital, prefácio da 2ª edição, 1996, p. 139-141)

Isto posto, o campo educacional não pode ser compreendido de forma separada da realidade concreta, enquanto fator que, abstratamente e desconectado das múltiplas relações que o condicionam, torna-se dotado de poder próprio, capaz de promover automaticamente mudanças estruturais na sociedade. Também não pode ser considerado um simples reprodutor das relações e práticas sociais presentes no contexto no qual encontra-se inseridos. Pois, são as relações concretas dos homens que determinam suas vidas, assim, Marx parte de uma concepção onde a consciência, as idéias e a produção intelectual dos indivíduos possuem suas raízes em sua vida material, portanto, teria a ciência a função de tentar desvendar a realidade efetiva que se esconde sob o véu das falsas consciências. Daí seu ponto de partida não ser a autonomia do espírito, mas sim a base real, isto é, a totalidade das relações de produção de uma determinada sociedade.

Com isso, procuramos demonstrar que o conhecimento abstrato é insuficiente para explicar a verdadeira natureza do objeto, pois é apenas um conhecimento das partes, de fenômenos isolados e não de sua essência e de seu todo, por isso considera a abstração como um meio e não como o fim do conhecimento. O conhecimento concreto da realidade só é possível se as partes, abstraídas do todo pelo pensamento, forem rearticuladas ao todo concreto. Neste sentido, para realizar esta articulação, Marx procura utilizar dois caminhos: o primeiro que consiste em partir do todo concreto e chegar ao conhecimento abstrato das suas partes e o segundo em sair das abstrações feitas pelo pensamento e retornar ao todo concreto, reconstruído agora, pelo pensamento. (MARX, 1978)

O primeiro caminho foi o trilhado pelos economistas clássicos, que não saíram do conhecimento abstrato da realidade, ou seja, tomaram como ponto de partida o todo vivo a população, a nação, o Estado, e descobriram uma infinidade de elementos gerais e abstratos, como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor que constituíram dedutivamente seu sistema econômico. Já o segundo caminho, consiste no caminho de volta, que vai do abstrato ao

particular, a construção do todo, este é o método que Marx (1978) considera como o "cientificamente exato".

> "[...] Chegados a este ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas [...]" (MARX, 1978, p. 116).

Por isso Marx (1978), afirmar que ir do abstrato ao concreto, sem ir do concreto ao abstrato, fazendo a crítica das abstrações levaria a um vazio de abstrações; contudo sair do concreto ao abstrato também não nos levaria a uma teoria, mas apenas a uma representação caótica do todo, por isso as abstrações devem ser feitas a partir de um princípio único, do pressuposto da existência de uma determinada concepção do todo, onde cada passo da análise e da abstração deve levar em conta esse todo que ultrapassa, não só, a representação, mas a análise e a síntese, formando um único método de conhecimento. E partindo desse princípio, assinala Mészáros (2008), que o sistema educacional deve ser compreendido como fundamento à reprodução das relações capitalistas. Onde o sistema educacional ao exercer a função de reprodutor do status quo, encontra-se ligado ao fato de a educação ser, obrigatoriamente, uma prática social relacionada às formas pelas quais o homem produz e reproduz a sua própria existência na história, ao contrário de constituir-se enquanto reprodutora da estrutura de relações sociais.

De acordo com Marx e Engels (1986) o que distingue o ser humano dos outros animais é o fato dele num determinado momento da história, começar a produzir seus próprios meios de existência. Pois o que ele é, coincide como o que ele produz e como ele produz, é a vida concreta e real que determina a consciência. Portanto, "O que os indivíduos são, depende das condições materiais de sua produção" (MARX; ENGELS, 1986, p. 28).

Essa concepção da história possui como pressuposto a análise do modo de produção material, ou seja, o modo pelo qual o homem se adapta à natureza e a transforma pelo

trabalho, considerados como a base para o entendimento da diversidade das sociedades e suas interações, bem como de sua dinamicidade histórica. Assim, a análise dos modos de produção deve se basear nos estudos referentes às forças produtivas materiais disponíveis a uma determinada sociedade. Por isso, devemos levar em consideração que esse processo real de produção, é o que determina os diferentes produtos teóricos e formas de consciência, religião, filosofia, moralidade, assim como a educação.

> Esta concepção da história tem, portanto, como base o desenvolvimento do processo real da produção, contritamente a produção material da vida imediata; concebe a forma das relações humanas ligada a este modo de produção e por ele engendrada, isto é, a sociedade civil nos seus diferentes estádios, como sendo o fundamento de toda a história. Isto equivale a representá-la na sua ação enquanto Estado, a explicar através dela o conjunto das diversas produções teóricas e das formas da consciência, religião, moral, filosofia, etc., e a acompanhar o seu desenvolvimento a partir destas produções; o que permite naturalmente representar a coisa na sua totalidade (e examinar ainda a ação recíproca dos seus diferentes aspectos)- Ela não é obrigada, como acontece à concepção idealista da história, a procurar uma categoria diferente para cada período, antes se mantendo constantemente no plano real da história; não tenta explicar a prática a partir da idéia, mas sim a formação das idéias a partir da prática material (MARX; ENGELS, 1986, p.55)

Portanto, a partir desse pressuposto, ao analisarmos a educação, devemos compreender primeiramente as condições reais da sociedade da qual tratamos, considerando-a em sua totalidade das relações sociais de produção. Neste sentido, o nosso atual modo de produção da existência humana pressupõe a divisão da sociedade em duas classes principais: os detentores dos meios de produção (capitalistas) e os detentores da força de trabalho (trabalhadores). Onde esta relação desigual de poder coloca a educação em um campo de disputa, a luta de classes. Assim, a hegemonia capitalista submete os processos educacionais aos seus interesses, colocando-os a serviço de seu próprio funcionamento e assumindo a função de contribuir com a manutenção do capitalismo. (SANTOS, 2010)

Quando pensamos a educação, devemos, antes de tudo, compreender que esta não se explica por si mesma, mas sim através das transformações materiais que ocorrem na sociedade. Partimos da hipótese de que a "explicação do porquê, do como e do que se ensina depende da época e do lugar em que ocorre o processo educativo. As necessidades educativas são determinadas pelas relações que os indivíduos estabelecem entre si e com a natureza para produzir a sua existência" (PASQUALOTTO, 2006, p. 326). Por isso devemos analisar a educação no momento histórico em que esta se insere, buscando demonstrar que o movimento social que a concebe é mediado por um processo histórico.

Podemos constatar, portanto, que a educação tem a ver com as condições históricas sociais, culturais e econômicas, com a totalidade social existente em cada momento. Onde a consideramos enquanto um processo que se refere ao modo como se configura o homem em toda sua realidade social, cultural e econômica.

Ao se constituir de maneira diferenciada a cada momento histórico existente, a educação é determinada pelo modo como os homens produzem e reproduzem seus meios de vida, ou seja, é o modo de produção da vida material que irá determinar como deverá ser a educação, onde esta terá como objetivo contribuir com a reprodução das relações existentes.

Partindo deste princípio, tomaremos como ponto de análise a educação brasileira, que ao longo de sua história vem passando por várias mudanças. Principalmente no que diz respeito ao Ensino médio, que tem sido palco de intensas transformações de concepções, dentre as quais podemos destacar o objetivo de sua formação que vem oscilando entre formar para o mercado de trabalho e a formação geral. Tomando como referencial nossa história mais recente, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, que estabelece dois níveis de educação: a Educação Básica, que se divide em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; e a

Educação Superior. Duas modalidades: a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial e uma modalidade complementar: a Educação Profissional. (OLIVEIRA, 2007)

O contexto atual da educação nacional, após a promulgação da LDB, tem apontado para uma reorientação dos currículos, com o objetivo de atender as demandas do mercado de trabalho, ou seja, de "atender as demandas do mercado de trabalho globalizado, com forte ênfase no desenvolvimento de comportamentos e habilidades que visem atender este mercado" (OLIVEIRA, 2007, p. 46). Neste sentido, podemos compreender que esse processo de mudança de perspectiva dentro do sistema educacional brasileiro, encontra-se estreitamento ligado ao modo como a sociedade organiza sua vida social e econômica, ou seja, um momento marcado por uma forte dominação do capital sobre a força de trabalho, e conseqüentemente, também sobre a educação.

Cabe, portanto, salientar que é justamente nesse cenário de preocupações pedagógicas com a formação do trabalhador na lógica de um novo paradigma produtivo, que a obrigatoriedade da sociologia volta ao currículo do ensino médio, uma vez que seus conteúdos servem como instrumentos de preparação para a competitividade, presente em nossa sociedade. (SANTOS, 2004)

Neste sentido, se mantidas tais condições atuais do sistema educacional brasileiro, será possível à sociologia desempenhar o seu papel de disciplina crítica[17] no ensino médio? E ainda considerando-a enquanto uma ciência de caráter humanístico[18], como a sociologia pode

[17] Essa criticidade dever ser entendida como um instrumento capaz de tornar possível uma reflexão, análise e compreensão da realidade vivenciada pelos jovens. Ou seja, "É importante notar que não nos referimos a uma criticidade abstrata, tão ao gosto do discurso pedagógico – 'formar o aluno crítico, etc.- mas uma criticidade que põe em discussão a estrutura, os critérios, a linguagem e os compromissos que formam um ponto de vista científico." (MORAES, 2004, p. 99)

[18] Entendemos por valores humanísticos, aqueles que colocam no núcleo de seus processos a pessoa humana e sua liberdade, mas não enquanto o indivíduo isolado, mas sim como ser de relações sociais que visem à produção e a apropriação de bens materiais. Ou seja, conforme afirma Berger (2007, p. 193) "a sociologia é justificada como uma disciplina humanística, quando levamos em consideração a sua relação com o esclarecimento de espírito humano. [...] Espera-se, que os homens mediante o seu contato, torna-se-ão, um pouco menos obstinados em seus preconceitos, um pouco mais cuidadosos em seus comprometimentos e um pouco

vir a ser um diferencial na formação dos jovens, estando esta inserida no bojo de uma instituição dominada pelo capital?

Para tais questionamentos, ainda não existem respostas bem definidas. No Brasil, até o presente momento, pouco tem sido visto neste sentido, talvez devido a intermitência da sociologia no currículo do ensino médio, ou ainda, devido a um direcionamento ideológico das políticas educacionais. Consideramos, portanto, o momento atual imprescindível, dado o processo de obrigatoriedade da sociologia no ensino médio, para colocar em questão o nosso sistema educacional.

O sistema educacional brasileiro na atualidade, dentro da lógica do sistema capitalista, estabelece que a educação deva estar vinculada às relações de mercado, ou seja, com o desenvolvimento do neoliberalismo, o objetivo da educação passa a ser o de formar os jovens para a reestruturação produtiva do país. Como exemplo podemos citar o ensino profissionalizante[19], que busca formar o aluno para o mercado de trabalho. Contudo, a tarefa da educação não é só o de formar para o mercado de trabalho, mas também contribuir com o preparo dos alunos para a práxis social. (BORGES, 2010)

Dentro do modo capitalista, a educação, isto é, o processo educacional tornou-se uma mercadoria. Segundo Mészáros (2005) a educação no sistema capitalista se constitui enquanto o processo de "interiorização" das condições de legitimidade do sistema que explora

---

mais céticos em relação aos comprometimentos alheios, e quem sabe um pouco mais compassivos em suas jornadas através da sociedade"

[19] Segundo Jinkings (2007), as reformas educacionais implementadas pelos governos militares no período pós 1964, incentivaram o controle privado da escola pública e estabeleceram a profissionalização compulsória e universal, induzindo a transformação do ensino médio em ensino profissionalizante, com a finalidade de formar força de trabalho técnica no período denominado de 'milagre brasileiro". A partir de 1971, com a institucionalização da Lei 5.692 o ensino secundário (atualmente denominado de Ensino Médio) é instituído como sendo um ensino voltado para a educação tecnológica, na qual privilegiava os conteúdos técnicos, de formação de quadros especializados. O ensino reproduzido durante o período de 1970 era extremamente tecnicista priorizava o conhecimento técnico, para alavancar o desenvolvimento econômico e social do país. (MACHADO, 2009). Ver também: ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

o trabalho como mercadoria, para assim atrair à sua aceitação. Ou seja, a educação capitalista nos escraviza, isto é, tende a nos tornar conformistas e/ ou passivos, cada vez mais indiferentes diante da realidade transformando-nos em mais um componente de seu mecanismo e perpetuadores de sua ordem.

> A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo - ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessários à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legítima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma "internalizada" [...] ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta. (MÉSZÁROS, 2005, p. 35)

Nossa sociedade transferiu a função educativa para as escolas formais, o que gerou sérios problemas, uma vez que a educação deve ser compreendida como um processo de formação do indivíduo, onde através destes as pessoas se inserem e se transformam socialmente. Neste sentido, concordamos com Mészáros (2005, p. 65) quando este afirma que "o papel da educação é soberano, tanto, para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente."

O processo educacional capitalista, mediado pelas escolas, produz homens cada vez mais com capacidades à reprodução social baseada no imediatismo dos fenômenos, isto é, incita a não reflexão em qualquer instâncias, ocasionando um conformismo que é absorvido por todo o conjunto social. Desse modo, a educação para o capital age de uma forma incontrolável, dispondo de mecanismos de homogeneização do pensamento, sufocando os sujeitos da história. Diante dessa constatação ficam evidentes os impactos da lógica do capital sobre a educação, conforme afirma Mészáros (2005, p. 38)

> O impacto da incorrigível lógica do capital sobre a educação tem sido grande ao longo do desenvolvimento do sistema. [...] É por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa de força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito.

Diante do capitalismo, a educação foi perdendo seu sentido lato, ou seja, foi deixando de contribuir com o processo de formação humana, para torna-se um processo de dominação da pessoa humana. Nesse sentido, Gramsci (1982) nos afirma que:

> A tendência, hoje e a de abolir qualquer tipo de escola "desinteressada" (não imediatamente interessada) e "formativa", ou conservar delas tão-somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. (GRAMSCI, 1982, p. 118)

Na verdade não estamos aqui preocupados em questionar a escola como um espaço de transmissão de conhecimento e/ou de valores, mas sim examinar a escola enquanto uma instituição formal transformada pela lógica do capitalismo que tem por objetivo reforçar os seus valores éticos e morais, legitimando dessa forma, a sua dominação enquanto classe. Portanto,

> Na escola atual, graças à crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, tomam a frente da escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é levada como democrática, quando, na realidade, não só é destinada a perpetuar as diferenças sociais, como ainda cristalizá-las em formas chinesas. (GRAMSCI, 1982, p. 136).

Ou seja, na sociedade capitalista, a educação é entendida enquanto um elemento de manutenção da desigualdade e da hierarquia social. O que nos leva a compreender que "a posição do ensino secundário no sistema educacional brasileiro permite defini-lo sociologicamente, como um tipo de educação estática, que visa unicamente à conservação da ordem social." (FERNADES, 1980, p. 112). Por isso, é necessário combater este tipo de

escola, pois conforme afirma Gramsci (apud NOSELLA, 2010, p. 103) “esse tipo de escola acelera a formação, é o sistema Taylor[20] da educação, oferece um método, ensina a estudar, acostuma a uma disciplina intelectual”. Porém em hipótese alguma, “pode substituir o espírito de iniciativa no campo do saber, [...] a escola é algo importante, mas complementar; acelera as potencialidades humanas, não as cria” (ibidem, p. 103)

Neste sentido, a sociologia se apresenta como uma valiosa ferramenta pedagógica, pois o processo de socialização do conhecimento escolar envolve-se de elementos históricos globais, capazes de contribuir com as discussões acerca da realidade vivida pelos indivíduos, uma vez que devemos compreender a educação enquanto “uma prática social mediadora do processo de produção, processo político, ideológico e cultural” (FRIGOTO apud FERREIRA, 2007, p. 26)

O percurso até aqui percorrido teve por objetivo estabelecer e discutir os limites do processo educativo da escola sob o capitalismo, contribuindo para a reflexão sobre o ensino da sociologia no ensino médio.

3.2 Sociologia e Ensino: Possibilidades e Objetivos

A discussão acerca do ensino da sociologia no ensino médio, apesar de recente enquanto área de pesquisa, há alguns anos tornou-se uma preocupação para os cientistas sociais, que desde o final da década de 40 com Antonio Candido (1949) e Florestan Fernandes (1954), entre outros autores, passaram a discutir o papel e a importância do ensino desta

[20] “Assim como o sistema Taylor aplicado à indústria torna o trabalho mais produtivo, também instrumentos didáticos-pedagógicos “taylorizados” tornam mais produtivo o trabalho escolar. Dessa maneira, a escola ensina melhor a estudar, habitua o aluno uma disciplina intelectual, embora não possa substituir o espírito de iniciativa no campo do saber”. (JESUS, Antonio Tavares de. O Pensamento e a prática escola em Gramsci. 2ª Ed-Campinas, SP: Autores Associados. 2005, p. 102). Ver também ANTUNES, Ricardo (2005).

disciplina no ensino médio. Marcada por um forte caráter político, a sociologia chegou ao ensino médio por volta de 1925[21], permaneceu até a década de 40.

Nesse sentido, se faz necessário deixar claro a noção de sociologia que estamos tratando, de cuja idéia partimos poder esta ciência/disciplina contribuir no desenvolvimento de cada indivíduo, à medida que seus método e objeto sejam capazes de fornecer ao educando condições de pensar e refletir sobre a realidade que circunda ou observa. Assim, o exercício da sociologia no ensino médio pode desempenhar um papel fundamental na formação de atitudes, criando certa autonomia frente aos mecanismos de dominação. Tais fatos só nos confirmam a importância que a sociologia possui no processo de formação dos estudantes do nível médio.

> O ensino das ciências sociais no curso secundário seria uma condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social. (FERNANDES, 1980, p. 106)

Percebemos desse modo, que o ensino da sociologia muito tem a contribuir no processo de formação dos estudantes, principalmente no que diz respeito a proposta de trazer os questionamentos, "advindos do pensamento crítico instrumentalizado pela disciplina de sociologia para o ambiente escolar"(MANTOVANE, 2008, p. 03). Onde se busca esclarecer e elucidar as questões que dão fundamento as bases da reprodução social, ou seja, expor os sinais perpetuados pela lógica funcional do capitalismo. Por isso, nos perguntamos como trabalhar com a sociologia dentro de uma conjuntura político-econômica, conforme o exposto anteriormente, que apesar da longa tradição conservadora da disciplina, também pode se colocar de forma crítica diante da realidade social.

[21] Contudo, a primeira tentativa de inserção desta disciplina no nível médio ocorreu com a Reforma Benjamim Constant em 1890 conforme o já abordo no capítulo I desta dissertação.

Neste sentido, analisando de forma prática, cabe, portanto ao professor estabelecer uma investigação relativa as possibilidades de serem exploradas as teorias sociológicas dentro da escola, ou seja, a grande questão que se coloca é como fazer a sociologia se desenvolver no ensino médio diante dessa nossa atual estrutura educacional capitalista. Neste caso, afirma Fernandes (1980, p.111):

> Quando o sociólogo se propõe uma questão dessa ordem, ele começa pela análise do sistema existente de fato, no qual se pretende introduzir a inovação. Depois, passa para análise mais complexa, em que o sistema é considerado em relação com as condições sócio-culturais que suportam. E, por fim, chega à análise dos efeitos presumíveis da inovação, tendo em mira o grau de integração estrutural e as condições de funcionamento do sistema, como uma unidade relativamente autônoma e como um complexo de relações dependentes das unidades maiores.

Seguir tais procedimentos teóricos e metodológicos no desenvolvimento das práticas educacionais cotidianas não seria uma tarefa fácil, porém, poderíamos considerar tais argumentos enquanto um ponto de partida para se estabelecer uma proposta metodológica adequada a cada realidade escolar. Portanto, espera-se que o professor de sociologia no ensino médio busque atuar enquanto um cientista social, que se espera ser de formação, pois cabe a este a função político-organizativa no desenvolvimento desta disciplina diante da realidade de cada escola. (FERREIRA, 2007). Neste sentido, ao tomarmos como ponto de partida o pressuposto gramsciniano de que "não basta apenas eliminar a exploração econômica de uma classe sobre outra, eliminar a apropriação privada dos meios de produção da riqueza [...]. É preciso também lutar contra a apropriação privada, ou elitista, do saber da cultura." Pois para se conquistar o poder hegemônico[22] e ideológico na atual sociedade complexa, é indispensável antes de tudo, vencer a batalha das idéias, por isso, os intelectuais[23] possuem

[22] O conceito de hegemonia aqui apresentado deve ser entendido na perspectiva gramsciana, onde é concebido enquanto direção e domínio, ou seja, como conquista através da persuasão e do consenso, não atuando apenas no âmbito econômico e político da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer.

[23] De acordo com Gramsci os intelectuais formam um grupo social autônomo, que tem como função social serem porta-vozes dos grupos ligados ao mundo da produção. Assim, todos os grupos sociais que possuem função no mundo da produção, tais como, os empresários, trabalhadores, elaboram os seus intelectuais para darem maior homogeneidade e consciência da importância desta classe. Neste sentido, entendemos que intelectuais são é

lugar estratégico por serem eles quem organiza a cultura. Assim, cabe, portanto, aos intelectuais todo o trabalho político-organizativo de cada determinado grupo. (RODRIGUES, 2007, p.76)

A sociedade capitalista possui uma tendência em universalizar seus pensamentos segundo o interesse da classe dominante, nesse sentido, nos afirma Marx; Engels (1986, p. 29):

> Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as idéias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas uma consciência, e é em conseqüência disso que pensam; na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é lógico que esses indivíduos dominem em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; as suas idéias são, portanto, as idéias dominantes da sua época.

Daí a importância do professor de sociologia se enquadrar nesse referencial, pois espera-se dele um posicionamento crítico diante dos fatos. Queremos com isso defender que cabe ao professor de sociologia organizar um programa capaz de atender as necessidades impostas tanto pela escola como por seus participantes, buscando refletir sobre os problemas enfrentados cotidianamente por estes. Neste sentido, devemos pensar a seleção dos conteúdos programáticos e a metodologia de ensino numa perspectiva de construção e/ou de desenvolvimento junto com o aluno, enquanto um projeto político contra-hegemônico[24], que

---

todos aqueles que cumprem uma função organizadora na sociedade e que é elaborado por uma classe em seu desenvolvimento histórico. Cf. GRAMSCI, Antonio. (1982)

[24] O processo de disputa hegemônica pode ser compreendido enquanto um processo complexo e lento de luta pelo poder político. Portanto, para ser hegemônico é necessário que exista um consenso social em torno de suas

busque desenvolver uma consciência de classe. De acordo com Gramsci (1982), a liberdade do homem encontra-se particularmente em sua atividade de produtor, dotado de conhecimento técnico capaz de controlar o processo produtivo, portanto, neste ponto a educação é um elemento necessário, visto que, o processo de superação nas relações sociais exige uma educação que eleve a consciência das classes subordinadas a um patamar onde esta possa se reconhecer enquanto classe e lutar por seus próprios interesses. Por isso, a luta em favor da transformação social é educativa, uma vez que exige o aprendizado de uma nova forma de ver e compreender a realidade para posteriormente agir sobre ela.

Podemos considerar que a presença da sociologia no ensino médio deveria fazer por opção pela concepção dialético-materialista, em detrimento ao método enciclopédico, freqüentemente adotado pela maioria dos professores, pois "o [...] menosprezo da dimensão histórica constitui uma ofensa [...] contra o próprio raciocínio sociológico. Uma compreensão humanística da sociologia leva a uma relação quase simbólica com a história, senão a uma autoconcepção da sociologia como uma disciplina histórica" (BERGER, 2007, p. 186). De tal modo não devendo a mesma tratar o conhecimento enquanto algo definitivo, acabado e indiscutível, visto que,

> O historicismo é a forma de verificar e recriar a ciência; [...] só assim é possível formar cientistas "humanistas", isto é, cientistas que revivam o drama, por outros homens vividos, diante do problema, da dúvida, da hipótese como possível solução, do erro como tentativa, da solução como história provisória. (NOSELLA, 2010, p. 53).

Possivelmente seja esse um caminho aceitável para ensinar a sociologia na escola, buscando com o que o aluno reflita sobre sua própria situação na sociedade e sua relação com o outro e com o meio, envolvido em uma expectativa de criar e recriar as problemáticas e as soluções de sua vida material e até mesmo espiritual. Dessa forma, queremos dizer que

---

concepções. Neste sentido, portanto, podemos considerar que vivemos em sob a hegemonia da classe dominante (burguesa) e de seus intelectuais orgânicos, este último, pode ser compreendido como proveniente da classe social que o gerou, tornando-se seu especialista, organizador e homogeinizador. (FERREIRA, 2007)

percebemos de forma dialética a relação entre a consciência e o mundo, num processo educativo de superação do discurso mecanicista da história, pois, este "[...] guarda em si a certeza de que o futuro é inexorável, de que o futuro vem como está dito que ele virá, nega qualquer poder à educação antes da transformação das condições materiais da sociedade. [...]". (FREIRE, 2001, p. 47). Portanto, isso nos implica, fundamentalmente, uma nova maneira de entender a história, isto é, compreendê-la enquanto uma possibilidade de transformação.

> Ao recusar a história como jogo como jogo de destinos certos, como dado, ao opor-se ao futuro como algo inexorável, a história como possibilidade reconhece a importância da decisão como ato de ruptura, a importância da consciência e da subjetividade, de intervenção crítica dos seres humanos na reconstrução do mundo. Reconhece o papel da consciência construindo-se na práxis; da inteligência sendo inventada e reinventada no processo e não como algo imóvel [...] (idem, 2001, p. 47)

Nessa perspectiva, cabe aos professores, ao trabalhar os conteúdos selecionados, buscar desenvolver um ponto de vista sociológico, estimulando os alunos a pensarem sociologicamente, e não a serem apenas meros reprodutores das generalizações do senso comum. Dessa forma, podemos considerar que o objetivo do ensino da sociologia no nível médio deva ser o de contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico, juntamente com as outras disciplinas, buscando promover o contato do aluno com um embasamento teórico suficiente para que este seja capaz de desenvolver mediações necessárias para transformar sua práxis e desvendar as complexidades da vida social. Segundo Sarandy (2004, p. 123) uma das principais contribuições da sociologia para formação dos jovens é

> [...] o estudo e o conhecimento da realidade social, em si mesma dinâmica e complexa, a compreensão dos processos sociais e seus mecanismos e a percepção da nossa própria condição enquanto atores sociais capazes de intervir na realidade. Essas competências e habilidades fornecem os elementos necessários para a formação de uma pessoa, de um cidadão e de um profissional, seja em que área for, consciente de sua posição, potencialidade e capacidade de ação. [...] (SARANDY, 2004, p. 123)

Diante desse desafio, o conhecimento sociológico certamente contribuirá na formação do jovem na medida em que lhe fornecerá uma análise mais aprofundada da realidade que o

cerca e na qual se encontra inserido, pois ao proporcionar uma problematização da realidade a partir de diferentes perspectivas, estes jovens estarão apropriando-se de um modo de pensar distinto sobre a realidade humana, não apenas através da teorização, mas do contato com as diversas teorias e com a pesquisa sociológica em suas várias nuances de método e resultados. Contudo, se faz necessário destacar não se tratar de formar sociólogos ao final desta etapa do ensino escolar, mas sim o de promover o contato desses jovens com o pensamento sociológico. (SARANDY, 2004)

É interessante observarmos que, ao trabalharmos a sociologia no ensino médio dessa forma, estaríamos contribuindo com o ensino enquanto um ato de libertação, pois a "sociologia é justificada pela convicção de que é melhor estar consciente do que inconsciente e que a consciência é uma condição de liberdade" (BERGER, 2007, p. 193). Neste sentido, nos perguntamos qual a contribuição da sociologia na construção de um jovem mais crítico? Inicialmente a questão nos leva a pensar o ensino da sociologia de uma forma menos pedagogista, ou seja, implicar dizer que, busca romper com uma cultura enciclopédica[25]·, - pois, segundo Gramsci (1982) trata-se de uma cultura abstrata, burguesa – tão presente na prática metodológica do ensino médio. Com isso, queremos enfatizar a necessidade de tornar mais "humana" a relação do aprendizado. Pois, seja qual for o tema em discussão, o objetivo dessa disciplina será sempre o de descortinar a realidade, as percepções e representações presentes na ação humana, visto que, este foi o seu objetivo desde o seu surgimento enquanto disciplina científica.

[25] "É preciso desacostumar-se e parar de conceber a cultura como saber enciclopédico, para a qual o homem é um recipiente a ser enchido e no qual devem ser depositados dados empíricos, fatos brutos, e desarticulados [...]. Esta forma de cultura é realmente prejudicial sobretudo para o proletariado [...]. Esta não é cultura, é pedanteira, não é inteligência, é intelecto; e contra ela com razão se deve reagir. A cultura é algo bem diferente. [...] é tomada de posse de sua própria personalidade, é conquistar uma consciência superior, através da qual consegue-se compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus direitos e deveres [...]" (NOSELLA, 2010, p. 44)

Por isso, o objetivo do ensino da sociologia deve ser o de desenvolver no jovem "a subjetividade criativa, a preocupação política, a sensibilidade e o estilo pessoal" (NOSELLA, 2010, p. 33), onde compreendemos que estas podem ser competências necessárias e indispensáveis para o bom entendimento da nossa atual conjuntura histórico-político[26]. (FERREIRA, 2007). Nesse sentido, um dos grandes desafios dessa disciplina é o de formar jovens com uma visão de mundo mais ampla e complexa, ou seja, formar jovens mais reflexivos e conscientes.

É relevante questionar as práticas pedagógicas, que devem estimular as ligações do conhecimento sociológico com a realidade dos alunos. Para assim, permitir que este seja capaz de pensar e assumir uma posição de sujeito do meio social do qual encontrasse inserido. Portanto, "quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la" (FREIRE apud RIBEIRO, 2009, p. 57).

Desse modo, com a obrigatoriedade do ensino da sociologia e filosofia nos três anos do ensino médio, outro desafio que surge diz respeito à organização dos conteúdos[27] a serem ministrados em sala de aula. Meksenas (1995) afirma que em sua maioria os cursos não buscam priorizar o estudo dos autores clássicos da sociologia, assim, destaca dois extremos dessa prática, onde de um lado temos os excessos teóricos e do outro as abordagens jornalísticas de conjuntura nacional. Enfatiza ainda que em sua maioria, os cursos são "excessivamente conceituais e teóricos, onde o aluno está diante de uma sociologia que parece não ter significado algum. É o aprendizado da teoria pela teoria." (MEKSENAS, 1995, p. 76). Contudo, o problema não encontra-se em fazer uma abordagem conceitual que recorra

[26] Sob o neoliberalismo, o desemprego estrutural, o crescimento da desigualdade social, a crise (ou situação crítica/falência) dos serviços públicos governamentais essenciais, a violência urbana entre outros.
[27] Ver capítulo III onde abordamos a forma como está organizado os recursos didático-pedagógicos no município de Maceió.

à estrutura teórico-conceitual da sociologia, a questão está em não estabelecer uma relação entre este e a realidade social brasileira. O que, conseqüentemente, levará a uma disciplina na qual se discute apenas questões polêmicas, detém apenas a uma mera descrição dos fatos e acontecimentos, onde pouco contribui para uma prática mais reflexiva.

Diante do exposto, para alguns pesquisadores, tais problemas ocorrem principalmente devido a falta de um currículo mínimo estabelecido, diferentemente do que ocorre com a maioria das outras disciplinas. Porém, se considerarmos que tal situação nos coloca em uma posição de maior liberdade na hora de trabalhar os conteúdos, este poderia ser um ponto positivo, visto que, possibilitaria ao professor uma aproximação maior entre teoria e prática. Uma vez que, de acordo com Meksenas (1995, p. 77)

> É preciso que os professores construam uma ponte entre conhecimento teórico e a explicação da sociedade na qual o aluno se insere. A construção dessa ponte implica numa prática docente, pautada em alguns pressupostos: ao mesmo tempo que não se deve abandonar a teoria sociológica, é preciso considerar o conhecimento de senso comum, que o aluno traz à escola.

Mas como fazer uma abordagem sociológica com os jovens do ensino médio, uma vez que, esta não é uma linguagem corriqueira em seu cotidiano? Ferreira (2007) chama atenção para uma dicotomia existente diante desse problema: de um lado, existem aqueles que afirmam ser necessária certa técnica pedagógica de tradução de conceitos, onde ocorra uma adequação dos termos e conceitos em relação de aprendizagem da sociologia; do outro, existem aqueles que apenas fazem uma transposição do conhecimento adquirido na universidade para o ensino médio.

Resolver essa dicotomia não é algo fácil, pois no primeiro caso, corremos o risco de confundir a adequação dos termos com uma banalização dos conteúdos, já no segundo ocorre um total desconhecimento das técnicas metodológicas de ensino por parte dos professores, o que acarreta a uma inviabilidade da prática docente. Neste sentido, nossa preocupação com a

linguagem a ser trabalhada no ensino médio, é algo que se encontra intrínseco à prática do professor, e que não podemos negligenciá-la, visto que,

> Ensinar sociologia no ensino médio é uma tarefa muito difícil, pois implica ensinar jovens a pensar sociologicamente as questões que envolvem o seu cotidiano. Aqueles professores que pensam em reproduzir o que aprenderam na universidade, somente causam um grande problema para o desenvolvimento desta disciplina no ensino médio. Estes muitas vezes reproduzem um conteúdo exclusivamente acadêmico, porque ou não possuem uma formação adequada para esta tarefa, ou não querem ser professores para este nível. Para ser um professor no ensino médio é necessário fazer a mediação entre o saber acadêmico recebido e o conhecimento dos jovens que ele encontra nas escolas, que são muito diversas. Portanto não há uma receita fixa, mas sim uma disposição intelectual de analisar as possibilidade que encontra e aí desenvolver as tarefas de um professor, que é ensinar de tal modo que os jovens possam ter uma visão mais profunda e precisa do mundo em que vivem. (TOMAZI, 2008, p. 02)

Por isso, não podemos tratar os alunos de ensino médio enquanto crianças poupando-os dos processos reflexivos. Mas, cabe ao professor estabelecer uma linguagem adequada, ou seja, apropriar-se de uma forma que possibilite os alunos a compreender as teorias sociológicas de forma clara, porém sem perder o rigor conceitual-científico. Neste sentido, Gramsci (apud Nosella, 2010, p. 61) destaca que “a educação de massa deve sim enraíza-se no senso comum, dele partir, mas se não ultrapassar aqueles limites, se não puxar para cima, torna-se educação conservadora, [...], isto é, conquista a adesão do povo mantendo-o porém no mesmo nível em que efetivamente está” .

Portanto, quando pensamos em um ensino da sociologia mais adequado metodologicamente para o ensino médio, seria aquele onde os conteúdos não são ministrados de forma escolástica, a partir de textos puramente abstratos ou de discussão doutrinárias. Segundo Nosella (2010), Gramsci aponta como limites metodológicos desse método, o dogmatismo, abstratismo, superficialismo, entre outros, ao mesmo tempo em que enfatiza não criar este último um coletivo orgânico, senão apenas grupos sociais individualmente fechados e impenetráveis. Por isso, a necessidade de preservarmos a linguagem, os métodos e objetos

dessa ciência. Cujo conteúdo em nosso entendimento, é a forma sintética de um tripé – conceitos, temas e teorias – sob o qual os mesmos devem organizar-se de forma articulada, trabalhando em sintonia.

Não é uma tarefa fácil definir qual recorte metodológico seria o mais adequado, visto que as escolhas metodológicas do ensino em geral e em particular do ensino da sociologia, "[...] dependem do modo como a escola está organizada, como o trabalho docente se estrutura [..] no contexto atual [...]" (SILVA, 2009, p. 64) do nosso sistema educacional, no entanto, é necessário estimular sempre um sentido crítico ao ensino da sociologia. Portanto, os pressupostos teóricos e metodológicos para o seu ensino devem ser buscados no acumulo das elaborações dessa ciência, ou seja, em tudo aquilo que durante esses 150 anos – aproximadamente – da construção dessa ciência foi teorizado e produzido, criando lógicas e formas de pensar os fenômenos sociais, contribuindo assim na formação dos modos de pensar sociologicamente.

> É ai que devemos buscar nossos pressupostos de ensino. Tais pressupostos orientam a seleção dos conteúdos e a criação dos métodos de ensino. [...] Dessa forma, não temos motivos para ficarmos perdidos, desorientados e sem saber por onde começar o ensino de sociologia nas escolas. Temos de nos concentrar em duas dimensões da nossa tarefa: o saber acumulado da sociologia e as necessidades contemporâneas da juventude, da escola, do ensino médio e dos fenômenos sociais mais amplos. Do saber acumulado, definimos princípios lógicos do raciocínio e da imaginação sociológica. Das necessidades contemporâneas, definimos modos de ensinar, técnicas de criação de vínculos da sociologia com os alunos. (SILVA, 2009, p. 68-69)

Desse modo, devemos ter sempre como ponto de partida o jovem e sua vivência, para assim podermos estabelecer uma prática dialógica com a realidade sócio-política destes. Segundo Gadotti (1987, p. 27) "[...] Na relação dialógico-educadora parte-se sempre da realidade do educando, dos conhecimentos e da experiência dele, para construir a partir daí o conhecimento novo, uma cultura vinculada aos seus interesses e não a cultura das elites". Com isso, enquanto professores de sociologia no ensino médio, devemos considerar o jovem educando enquanto o possuidor do direito de participar e interagir com a disciplina, e não

apenas ser o receptor de respostas prontas, visto que a metodologia aplicada ao ensino médio deve estimular o aluno a se expressar e fazer uso de sua palavra, contrastando assim, com uma pedagogia dominante que torna o aluno apenas um ouvinte (FERREIRA, 2007).

É, portanto, tarefa do professor de sociologia buscar desenvolver atividades que estimulem o desenvolvimento intelectual do aluno, que faça com que este debata sobre suas vivências e experiências cotidianas, buscando confrontar o conhecimento sociológico com o conhecimento de senso comum. Para isso, é necessário que a disciplina apresente "[...] um conteúdo programático muito bem estruturado. Cabe ao professor proceder a uma seleção criteriosa desse conteúdo, visando os objetivos sociais e políticos que deseja atingir." (MEKSENAS, 1995, p. 77)

Contudo, concordamos que não é algo fácil ensinar sociologia nas atuais condições existentes vivenciadas pelos jovens, porém não podemos coibir tal tentativa, uma vez que lecionar a sociologia no ensino médio tem como premissa a transformação.

4 A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NOS ESPAÇOS CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO.

As constantes transformações sociais, ocorridas nos aspectos econômicos e políticos de nossa sociedade, têm colaborado para que o ensino da sociologia apresente-se enquanto um instrumento indispensável ao processo educacional. Visto que, os indivíduos diante dos inúmeros desafios impostos pela sociedade moderna, buscam explicações e tornam-se críticos em relação aos diversos conceitos pré-estabelecidos pela sociedade.

Segundo Jinkings (2007), em presença das mudanças que modificam a todo o instante o capitalismo mundial e conseqüentemente afetam todas as esferas da vida social, refletindo no modo de pensar e agir, nos sistemas de poder e nas condições de vida e trabalho, a sociologia encontra-se desafiada a pensar e recriar novas formulações capazes de explicar essa dinâmica vivenciada pela sociedade contemporânea.

Diante de tais considerações, surge a reflexão sobre o ensino da sociologia nas escolas de nível médio, onde a esta é atribuída uma articulação entre os programas e as reformas educacionais e das quais foi incluída ou excluída enquanto disciplina dos currículos deste nível de ensino. Neste sentido, o atual processo de retorno da Sociologia como componente curricular obrigatório nas escolas de ensino médio do Brasil tem sido marcado por uma constante luta política de diversas entidades, sejam elas compostas de cientistas sociais e/ou pela própria sociedade civil como um todo.

Dito isto, temos como objetivo deste capítulo, refletir acerca das contradições institucionais que cercam a obrigatoriedade do ensino da sociologia no nível médio, ao mesmo tempo em que buscaremos identificar os principais desafios enfrentados na busca por sua legitimação neste nível de ensino. Para tanto, utilizaremos para o nosso debate as diretrizes oficiais que orientam a educação brasileira, partindo das leis no que tangem à presença da sociologia no nível médio. Já no que diz respeito à situação local,

especificamente do município de Maceió, utilizaremos dados obtidos através da aplicação de questionário junto aos professores da rede pública e privada desde município.

4.1 Os Documentos que Orientam a Sociologia no Ensino Médio: O que dizem as Propostas Oficiais[28]

A partir da década de 90 o sistema educacional brasileiro vivenciou um forte período de mudanças em todos os seus aspectos legais, avaliativos, curriculares e pedagógicos. Com a promulgação, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9393/96), também denominada Lei Darcy Ribeiro, várias são as reformas aplicadas à estrutura educacional brasileira[29]. Tais mudanças, por parte das políticas educacionais, proporcionou a elaboração de outros documentos. Como por exemplo, temos a composição dos Parâmetros Curriculares Nacionais em seus vários níveis de ensino, as Diretrizes Curriculares Nacionais entre outros.

O atual modelo educacional brasileiro possui como finalidade "desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores" (LDB, artigo 35º, p.28). Deste modo, temos a elaboração dos PCN's , estes organizados em três grandes áreas de conhecimento[30], que passara a orientar as disciplinas, os conteúdos e os temas transversais, este último, organizado e desenvolvido de forma interdisciplinar em todas as séries.A formação escolar defendida nos PCN's parte de uma constatação de que a educação no mundo contemporâneo sofreu várias transformações e que conseqüentemente no Brasil a educação também precisa mudar. Conforme podemos observar no próprio texto oficial:

[28] Ao nos referimos as propostas oficiais, estamos levando em consideração aquelas que refletem a assinatura do governo.
[29] Conforme o já abordado no capítulo anterior.
[30] Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's foram organizados em três volumes, ou áreas de conhecimento, intitulados: "Volume 1 – Linguagem, Códigos e suas Tecnologias; Volume 2 – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; Volume 3 - Ciências Humanas e suas Tecnologias". In: HTTP://portal.mec.gov.br.

> O papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se ainda mais no despertar do novo milênio e aponta para a necessidade de se constituir uma escola voltada para a formação de cidadãos. Vivemos numa era marcada pela competição e pela excelência, em que progressos científicos e avanços tecnológicos definem exigências novas para os jovens que ingressarão no mundo do trabalho. Tal demanda impõe uma revisão dos currículos, que orientam o trabalho cotidianamente realizado pelos professores e especialistas em educação do nosso país. (PCN's, 1998. p. 05)

Ou seja, o papel da educação contemporânea é justamente, o de preparar o jovem exclusivamente para o trabalho, para enfrentar a competição, por isso, é importante salientarmos que as orientações propostas pelos PCN's encontram voltadas para uma reforma educacional brasileira direcionada para as principais transformações no mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que coloca a sociedade brasileira de acordo com o mercado e a economia mundial[31]. Tal fato é justificado pela necessidade de adequação do ensino as mudanças impostas pelos avanços tecnológicos bem como pelas novas dinâmicas sociais e culturais constituídas no bojo de tais transformações. O que torna explícito que o conhecimento do mundo atual, isto é, das maneiras de pensar e agir adiante do contexto de modificação tecnológica e organizações do capital, coloca-se de forma necessária e indispensável na preparação dos jovens, ou seja, os PCN's defendem uma abordagem que "apresenta a sociabilidade do capital como algo insuperável e intocável, cabendo apenas transformar a consciência dos homens, capacitando-os para o enfrentamento dos desafios de um mundo tecnologicamente desenvolvido e economicamente mundializado" (MOREIRA, 2008, p. 31)

Neste contexto, a organização e elaboração dessas diretrizes tiveram como objetivo sintetizar um conjunto de princípios e procedimentos que fossem capazes de fundamentar a

[31] A década de 90 é para a sociedade brasileira, uma década de muitas mudanças e de uma série de novas idéias, que dentre elas esta o neoliberalismo, juntamente com a desregulamentação das relações trabalhistas, maiores índices de probreza, entre outros. Porém, para além de tais efeitos políticos, sociais e econômicos, também foi trazido ao Brasil um novo receituário de reformas educacionais que buscava atender às necessidades postas por um cenário de profundas mudanças sociais, econômicas e culturais de âmbito mundial. (GRACIOLLI, 2010). A respeito ver ainda: BUENO, Maria Sylvia Simões (2000).

estrutura pedagógica e curricular das escolas, indicando de acordo com a lei uma vinculação da educação com o mundo do trabalho e suas práticas sociais. (FERREIRA, 2007)

A organização do ensino médio proposto pelo Ministério da Educação (MEC), ainda que possua seus méritos e importância, também apresenta limites principalmente no aspecto de organização curricular, ao submeter a educação às necessidades do mercado de trabalho, a um processo socializador sintonizado com as relações sociais, de classe e poder presentes historicamente no interior de uma sociedade (LIMA, 2009, p. 08). Portanto, enquanto parte integrante de uma sociedade capitalista em constante transformação, as propostas apresentadas à educação brasileira encontram-se vinculadas à sua lógica. E dessa maneira, o modelo de educação proposto pode ser compreendido como uma fonte às dificuldades enfrentadas pela sociologia no dia-a-dia das diversas escolas. (LIMA, 2009)

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1999), em seu texto "Por que ensinar ciências sociais", procura-se explanar os objetivos da disciplina neste nível de ensino; indica inicialmente, que o objetivo geral é que os alunos possam ter contato com as principais discussões conceituais e metodológicas desenvolvidas pela Sociologia, Antropologia e Política. Para tanto, ao mesmo tempo em que enfatiza dois eixos fundamentais pelos quais se encontram fundamentados grande parte da tradição sociológica, que são eles:

> a relação entre indivíduo e sociedade, a partir da influência da ação individual sobre os processos sociais, bem como a importância do processo inverso, e a dinâmica social, pautada em processos que envolvem, ao mesmo tempo, porém em gradações variadas, a manutenção da ordem ou, por outro lado, a mudança social. (BRASIL, 1999, PCN, p. 36)

Segundo Souza (2008), ao levarmos em consideração que a construção de um olhar sociológico nos alunos poderia contribuir no processo de investigação, interpretação e explicação crítica dos fatos que estão relacionados à sua vida social, estes compreendem que a sociologia poderia ser capaz de capacitá-los para a compreensão crítica da realidade social.

No entanto, contribuiria supostamente, apenas uma possível construção de uma atitude mais reflexiva diante da complexidade imposta pelo mundo moderno, como também na sua própria realidade, a partir do exercício de sua cidadania[32].

"Educar para a cidadania" tem sido uma das principais propostas corroboradas entre legisladores, educadores e políticos, assim como uma das principais motivações para o retorno da sociologia ao ensino médio. Tal expressão encontra-se reiteradamente nos atuais documentos oficiais, sem, no entanto, explicação do que venha a ser esse "exercício da cidadania". Os PCN's enumeram como finalidade do ensino a compreensão da cidadania enquanto participação social, política, assim como o exercício de direitos e deveres dotados cotidianamente de atitudes de solidariedade. Contudo, segundo Cavalcante (2007), tais enunciados não contribuem com a formação do cidadão, muito menos com o exercício da cidadania, mas contribuem sim, com uma compreensão da concepção de cidadania na qual as escolas encontram-se autorizadas a transmitir, que é de cidadania como participação social e política.

Mas o que vem a ser essa participação social e política? Segundo Cavalcante (2007), faz necessário primeiramente identificar o que vem a ser participação, compreendendo que este se constitui no ato ou efeito de participar, e que pode possuir vários significados, tais como: comunicar, informar, associar-se, solidarizar-se, ter ou tomar parte em. Assim, a partir de tal concepção, caracteriza o que vem a ser participação social e política:

> participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade determinada. A participação social implica, pois, participação política, uma vez que desencadeia atividades de grupos organizados com o objetivo de defender interesses comuns, influindo diretamente nos poderes públicos. Concebendo, a participação social como produção, gestão e usufruto dos bens de uma sociedade, só se pode pretender uma participação política efetiva, mediante uma participação social equitativa. (CAVALCANTE, 2007, p. 125)

[32] No entanto, nos chama a atenção Cavalcante (2007. p. 13) ao enfatizar que os PCN's "constituem mais uma forma estratégica orientada para construir significados no âmbito da educação, cujo objetivo é legitimar as reformas neoliberais como sendo as únicas que podem e devem ser aplicadas no contexto histórico de nossa sociedade."

Neste sentido, a autora destaca que a compreensão da cidadania, na perspectiva enunciada pelos documentos oficiais, enfatiza uma formação especificamente voltada para a formação do cidadão social e politicamente ativo na busca dos processos de transformação da realidade social, no entanto, tais reivindicações e participação social encontram-se restritos a uma pequena parcela da sociedade.

No entanto, os PCN's, indicam que os professores devem orientar os alunos no sentido de uma possível compreensão e avaliação constante das mudanças vivenciadas pelas dinâmicas sociais, buscando sempre traçar um paralelo com o cotidiano. Pois, espera-se que o ensino da sociologia poderá "[...] fornecer instrumentais teóricos para que o aluno entenda o processo de mundialização do capital, em correspondência com as sucessivas revoluções tecnológicas. Processo amplo que acabou gerando um reordenamento nas dimensões políticas e sócio-culturais. (BRASIL, PCNEM, 2009, p. 37).

Dito isso, percebemos que tanto as diretrizes quanto os parâmetros curriculares, conforme o exposto anteriormente, encontram-se inseridos no processo de construção de uma reforma educacional "[...] onde prevalece o ideário da flexibilidade curricular e da sintonia com a vida e com a empregabilidade" (CATANI, 2001, p. 71). Neste sentido, concordamos com Lopes (2002), quando esta afirma que a finalidade defendida nos PCN's, têm como princípio formar para inserção social no mundo produtivo e globalizado, ou seja,

> Visam à homogeneidade cultural e o controle acentuado da educação, com base em princípios de mercado, estabelecidas na atualidade em países que assumem políticas neoliberais. [...] Em outras palavras, sobretudo por ser uma proposta curricular que limita as possibilidades de superarmos o pensamento hegemônico definidor do conhecimento como mercadoria sem vínculos com as pessoas. Um conhecimento considerado importante apenas quando é capaz de produzir vantagens e benefícios econômicos. (LOPES, 2002, p. 396)

Qual a idéia principal desta reforma senão a de favorecer ao sistema educacional brasileiro da capacidade de formar trabalhadores e cidadãos nessa nova fase do capitalismo. Segundo Bueno (2000), as idéias que dão subsídio a essa reforma são provenientes de organismos multilaterais e com os quais o Conselho Nacional de Educação (CNE) sempre

teve afinidade e relevância especial às idéias advindas da UNESCO, baseadas na concepção de desenvolvimento humano, onde busca

> dar às competências gerais uma perspectiva educacional abrangente e, ao mesmo tempo, articulá-la ao mundo do trabalho [...]. Os procedimentos práticos correm o risco de resvalar para a generalidade, arrastando competências e habilidades para o poço de indefinição e inoperância da concepção para o trabalho [...]. Em síntese, o que chama a atenção é que as condições reais devem ajustar-se às diretrizes, e não às diretrizes às condições reais. (BUENO, 2000, p. 16)

Deste modo, as reformas educacionais operacionalizadas no Brasil, principalmente as relacionadas ao ensino médio, fazem parte de um contexto que integra as políticas educacionais propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, "que por sua vez expressam uma concepção de educação orgânica ao modelo econômico em curso, versão nacional do processo globalizado de acumulação flexível"(KUENZER, 2000, p. 16), ou seja, o neoliberalismo. Segundo Graciolli (2010), toda a construção teórica e conceitual elaborada pelos consultores do Conselho Nacional de Educação foi desenvolvida para legitimar o discurso pedagógico frente aos diversos setores da sociedade. Portanto, dentro de toda essa produção teórica e conceitual os conceitos de cidadania e de uma educação para o trabalho e não para a formação humanística aparecem enquanto "dois grandes clichês das reformas educacionais engendradas na década de 90". (GRACIOLLI, 2010, p. 07)

Sendo assim, a idéia de reforma exposta pelos documentos oficiais remete de modo geral à existência de um conjunto de competências dos quais os estudantes necessitam dominar para poderem está inseridos na sociedade atual. Ou seja, na busca por um afastamento da concepção de "educação para o trabalho" desenvolvida durante a década de 70, o texto procura tecer algumas críticas, ao mesmo tempo em que busca esclarecer algumas diferenças na concepção de ensino médio. (LIMA, 2009, p. 6)

> A centralidade do conhecimento nos processos de produção e organização da vida social rompe com o paradigma segundo o qual a educação seria um instrumento de 'conformação' do futuro profissional ao mundo do trabalho. Disciplina, obediência, respeito restrito às regras estabelecidas, condições até então necessárias para a inclusão social, via profissionalização, perdem a

> relevância, face às novas exigências colocadas pelo desenvolvimento tecnológico e social. A nova sociedade, decorrente da revolução tecnológica e seus desdobramentos na produção e na área da informação, apresenta características possíveis de assegurar à educação uma autonomia ainda não alcançada. Isto ocorre na medida em que o desenvolvimento das competências cognitivas e culturais exigidas para o pleno desenvolvimento humano passa a coincidir com o que se espera na esfera da produção. O novo paradigma emana da compreensão de que, cada vez mais, as competências desejáveis ao pleno desenvolvimento humano aproximam-se das necessárias à inserção no processo produtivo. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO, 2000)

Segundo Lima (2009, p. 6), o texto apresenta uma característica que se destaca: o de explicitar o anseio por construir uma educação ativa, onde o aluno deixa de ser apenas um mero depositário de conteúdos e informações pré-construídas, mas que, no entanto, os "[...] mantém vinculado ao mundo da produção. Fato compreensível em virtude da necessidade de se legitimar na sociedade e entre os educandos ao mesmo tempo em que contempla as diferentes visões de ensino presentes em sua construção [...]".

Lopes (2002), contudo, estabelece uma crítica pertinente aos PCN's, ao enfatizar que:

> Não existe mais o mundo produtivo, exclusivamente em bases tayloristas e fordistas, que norteou a construção dos modelos da eficiência social. No entanto, permanece a idéia de que a educação deve se vincular ao mundo produtivo e formar para a inserção social eficiente nesse mundo , sem questionamentos do projeto de construção desse mesmo mundo. A autonomia da educação é compreendida como sua possibilidade de se adequar ao mundo da produção sem desconsiderar as competências cognitivas e culturais exigidas para o pleno desenvolvimento humano [...] (LOPES, 2002, p.393)

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996), a educação básica tem por finalidade fornecer aos educandos mecanismos que tornem possível uma maior formação e uma preparação que atenda tanto as demandas e exigências do mercado de trabalho como a preparação para o exercício da cidadania. E parte desse pressuposto para justificar a importância do ensino da sociologia no nível médio, onde em seu artigo 36, parágrafo 1º, inciso III, declara que o aluno ao final do ensino médio deverá ter domínio dos conhecimentos de sociologia e filosofia.

Tendo em vista tais determinações, a aplicabilidade da sociologia no ensino médio, teria como principal objetivo fornecer mecanismos que possibilitassem aos jovens estudantes adquirirem tanto os conhecimentos específicos dessa disciplina, como o aprofundamento de um pensamento crítico que vai à contramão da formação para a cidadania, já que à sociologia é atribuída a tarefa de conduzir a formação dos estudantes em direção a uma conjuntura neoliberal. Ou seja, a sua função ultrapassa os limites da simples transmissão de informação e conhecimento, pois como indica Pereira (2009), incluir as disciplinas de sociologia e filosofia no ensino médio significar contribuir com instrumentos de questionamento e reflexão importantes para o desenvolvimento intelectual dos alunos.

Por isso, trazer os questionamentos advindos do pensamento crítico instrumentalizado pela sociologia para o espaço escolar demonstra o seu comprometimento em elucidar e esclarecer questões que fundamentam as bases da reprodução social, pois desvenda uma série de estigmas vinculados à lógica do capital. Neste sentido,

> O debate aqui se trava com o seguinte teor; através da instrumentalização os conhecimentos da sociologia [...] para o ensino médio, na possibilidade de se viabilizar a mobilização das latências próprias da juventude, pode-se almejar uma mudança efetiva quanto ao fomento do pensamento crítico, e da própria modificação da estrutura social? (MANTOVANE, 2010, p. 03)

Justificar, portanto, a presença da sociologia no ensino médio a partir da perspectiva de formar para a crítica e para cidadania, é segundo Mota (2005), pressupor uma preparação dos jovens para um "depois", visto que, estes necessitam compreender alguns conceitos e conteúdos necessários para exercer tais condições. Por isso, associar o ensino da sociologia a uma formação crítica, refere-se a um posicionamento frente a realidade social que possui como objetivo a transformação social, isto é, a superação da própria sociedade de classe/do capitalismo.

Nesse contexto, encontramos uma enorme dificuldade em definir quais são os verdadeiros objetivos que podem ser atribuídos ao ensino dessa disciplina no nível médio.

Segundo Ferreira (2007), os Parâmetros Curriculares colaboram com a falta de resposta neste sentido.

> Tendo em vista que o conhecimento sociológico tem como atribuições básicas investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar todos os fatos relacionados à vida social, logo permite instrumentalizar o aluno para que possa decodificar a complexidade da realidade social. Assim, pela via do conhecimento sociológico sistematizado, o educando poderá construir uma postura mais reflexiva e crítica diante da complexidade do mundo moderno. Ao compreender melhor a dinâmica da sociedade em que vive, poderá perceber-se como elemento ativo, dotado de força política e capacidade de transformar e, até mesmo, viabilizar, através do exercício pleno de sua cidadania, mudanças estruturais que apontem para um modelo de sociedade mais justo e solidário. (BRASIL, 1999, p. 37)

Criou-se dessa maneira um modelo que tem por base conceitos estereotipados, que não levam em consideração as peculiaridades da sociologia enquanto ciência, que supõe uma realidade escolar homogênea e não conflituosa. Priorizando um conhecimento sociológico como uma mera forma de adaptação do indivíduo ao novo contexto produzido pela sociedade, onde articula seus pressupostos científicos na leitura e intervenção da sociedade moderna, ou seja,

> Em seus princípios de organização curricular tão divulgados como representação do novo e do revolucionário no ensino, permanece uma orientação que desconsidera o entendimento do currículo como política cultural e ainda reduz seus princípios à inserção social e ao atendimento às demandas do mercado de trabalho. (LOPES, 2002, p.396)

Neste sentido, é importante questionarmos a lógica desses documentos que regulamenta a educação no Brasil, pois propõem a organização do currículo num sentido de manutenção do pensamento hegemônico, fechando outras possibilidades através de um discurso humanístico.

4.2 As Orientações Curriculares Nacionais.

As Orientações Curriculares são formuladas a partir da necessidade de se retomar algumas discussões a respeito dos Parâmetros Curriculares Nacionais, no sentido de aprofundar a compreensão de alguns "[...] pontos que mereciam *ser* esclarecimentos, como também, de apontar e desenvolver indicativos que pudessem oferecer alternativas didático pedagógicas para a organização do trabalho pedagógico, a fim de atender às necessidades e às expectativas das escolas e dos professores na estruturação do currículo para o ensino médio. (BRASIL, 2006, p. 8)

Nas Orientações Curriculares, deixa-se mais clara e bem acabadas as possibilidades e os limites da sociologia enquanto disciplina no ensino médio, ao propor uma problematização entre os papéis por ela desempenhados, levando em consideração as peculiaridades existentes entre a ciência e disciplina escolar. O documento oficial traz ainda um esforço em propor uma prática de ensino mais autônoma, ou seja, percebe-se uma maior valorização dos conhecimentos acadêmicos da sociologia, ao mesmo tempo em que este se desenvolve de forma associada à valorização da necessidade de se traduzir esses conceitos para os alunos através da possibilidade de relacionar esse conhecimento com o cotidiano. (SOUZA, 2008)

Outro ponto apresentado por este documento, diz respeito às opções metodológicas, principalmente no que se refere ao ensino da sociologia, ou seja,

> Um dos grandes problemas que se encontram no ensino de Sociologia tem sido a simples transposição de conteúdos e práticas de ensino do nível superior – tal como se dá nos cursos de Ciências Sociais – para o nível médio. Esquecem-se as *mediações* necessárias ou por ignorância ou por preconceito: por ignorância porque muitos professores de cursos superiores desconhecem metodologias de ensino, estratégias, recursos, etc. que permitiriam um trabalho mais interessante, mais proveitoso, mais criativo e produtivo; ignora-se mesmo que a aula expositiva seja *um* caso, talvez o mais recorrente, mas não o único, com que se podem trabalhar os conteúdos de ensino; o preconceito deve-se à resistência a preocupações didáticas ou

> metodológicas no que se refere ao ensino, acreditando-se que basta ter o conhecimento (OCN'S[33], 2006, p. 108)

E esta problemática, segundo as Orientações Curriculares (2006) se deve, sobretudo, pela falta de diálogo dentro da comunidade disciplinar, que por esta não ser solidamente constituída não gera consensos, nem concordâncias acerca de quais conteúdos, métodos, recursos e /ou estratégias devem ser trabalhadas pela disciplina. Contudo, se faz necessário refletir, problematizar, pois

> Implicitamente o texto sugere uma critica ao ensino na licenciatura, afinal a licenciatura e o sistema formador dos docentes do ensino médio. O que denota uma desarticulação entre sistema formador e as exigências e necessidades reais do campo de atuação dos licenciados. Ha muito se vem criticando as licenciaturas, as quais antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, voltada às ciências sociais, eram feitas de remendos de um currículo geralmente comum também ao bacharelado, onde as disciplinas voltadas à formação do educador e de sua pratica eram oferecidas como apêndices, desconectadas do restante do currículo, estabelecendo-se uma grosseira separação entre teoria e pratica, ou seja, entre os conteúdos do campo disciplinar e as formas de trabalhá-los no ensino médio, entre outros pontos nevrálgicos como o processo de ensino aprendizagem, as metodologias de ensino e avaliação. (GOMES, 2007, p. 481)

Outro ponto de destaque das Orientações, encontra-se no que se refere à formação, principalmente no que diz respeito à formação do cidadão crítico; segundo o documento, a sociologia poderia contribuir para a formação do jovem, pois o aproxima de uma discussão e de uma linguagem que só a sociologia oferece, através da sistematização do debate em torno de temas importantes, dados pela tradição ou pela contemporaneidade. (BRASIL, 2006, p. 105).

Segundo Sarandy (2004), a contribuição que a sociologia pode oferecer para o desenvolvimento do pensamento crítico, não está em ministrar conteúdos imprescindíveis,

[33] Orientações Curriculares para o ensino médio. Ciências humanas e suas tecnologias/ Secretaria de Educação Básica. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, volume 3, 2006.

nem tampouco se desenvolve a partir da aprendizagem de algum tipo especial de conteúdo, mas consiste entre outras coisas, em promover o contato do aluno com sua realidade, acrescido do contato com realidades distantes e culturalmente diferentes. É através desse movimento de distanciamento de nossa própria realidade e de aproximação de outras realidades que desenvolvemos uma compreensão crítica. Dessa maneira, a inclusão da sociologia e filosofia no ensino médio muito tem a contribuir com a formação do jovem, tendo em vista que estas disciplinas possuem como mais peculiar o questionamento.

Dessa forma, não estamos aqui defendendo que o ensino da sociologia no nível médio seja o caminho para transformação revolucionária, mas reconhecendo que sua presença pode sim contribuir com elementos teóricos suficiente ao educando, que lhe possibilite certos despertar em relação à realidade que o cerca. Visto que o pensamento sociológico propõe a priori uma leitura dos fenômenos sociais, podendo chegar a um processo de desnaturalização[34] das concepções de mundo e no estranhamento[35] por parte daqueles que estão envolvidos no processo de sociabilidade.

Segundo Tomazi (2007), a elaboração das Orientações Curriculares, como o próprio nome indica, possui uma grande importância para o apoio ao professor na medida em que fornece indicações de como este poderá trabalhar os conteúdos sociológicos para os alunos de

[34] Por desnaturalização os documentos oficiais destacam que estes podem ser compreendidos enquanto "um papel que a sociologia realiza no processo de concepção ou explicação dos fenômenos sociais. Pois existe uma forte tendência em explicar as relações sociais, as instituições, os modos de vida, as ações humanas coletivas e/ou individuais, a organização política entre outras, a partir de argumentos naturalizados. Assim, perdemos a historicidade desses fenômenos, ou seja, "[...] certas mudanças ou continuidades históricas decorrem de decisões, e essas, de interesses, [...] de razões objetivas e humanas não sendo fruto de tendências naturais. (BRASIL, MEC, 2006, p. 105)

[35] "Outro papel que a Sociologia realiza, mas não exclusivamente ela, e que está ligado aos objetivos da Filosofia e das Ciências, humanas ou naturais, é o *estranhamento*. No caso da Sociologia, está em causa observar que os fenômenos sociais que rodeiam a todos e dos quais se participa não são de imediato conhecidos, pois aparecem como ordinários, triviais, corriqueiros, normais, sem necessidade de explicação, aos quais se está acostumado, e que na verdade nem são vistos. Mas só é possível tomar certos fenômenos como objeto da Sociologia na medida em que sejam submetidos a um processo de estranhamento, que sejam colocados em questão, problematizados" (BRASIL, MEC, 2006, p. 106)

ensino médio. Pois, busca provocar uma reflexão neste profissional a partir dos elementos ali postos, contribuindo para a elaboração do programa da disciplina.

Contudo, a elaboração desses documentos em geral apresenta certas limitações, dentre as quais podemos destacar a falta de um posicionamento maior com relação às políticas educacionais. Discute-se qual seria o papel da sociologia no nível médio, a formação do jovem crítico, mas em nenhum momento se debate ou sequer mencionam uma possível colaboração da sociologia enquanto um instrumento de crítica e de intervenção nas políticas educacionais. Concordo com Gomes (2007), quando afirma que as orientações curriculares de modo geral foi um avanço nas discussões referentes ao ensino da sociologia neste nível de ensino, contribuindo com um material completo e aberto às novas proposições, mas que como qualquer documento deve ser lido e debatido.

A atual condição de obrigatoriedade do ensino da sociologia nas escolas de nível médio gerou algumas expectativas, principalmente no que diz respeito a sua capacidade de formação e transformação dos indivíduos, no sentido de torná-los mais críticos. Contudo, não devemos depositar todo esse poder à sociologia, ou seja, devemos ir além dessas contribuições de "formar o cidadão crítico", para só assim chegarmos a uma nova fase dessa disciplina o nível médio. Sendo assim, encaminhamos nossas discussões para o sentido de pensar a sociologia segundo uma forma de consciência, buscando compreender que a "perspectiva sociológica envolve um processo de ver além das fachadas das estruturas sociais. [...] Por trás das fachadas escondem-se os mistérios sociais. O desejo de desvendar esses mistérios é análogo à curiosidade sociológica". (BERGER, 2007, p. 41-42)

A luta pela reinserção da sociologia no nível médio se dá a partir da mobilização de sujeitos de múltiplos contextos, sejam eles da área política, acadêmica, estudantes entre outros, sempre como objetivo de afirmar a necessidade de modificação de inúmeros valores,

identidade, conceitos e atitudes dentro da sociedade contemporânea. Dessa forma o processo educacional contribuiria à formação de indivíduos, isto é, de cidadãos e cidadãos críticos que participam ativamente do processo social. Segundo Tonet (2007, p. 61), isto favoreceria cada vez mais o acesso de todos à educação, ou seja,

> "garantir um nível cada vez mais elevado de acesso ao saber, o que implica melhorar as condições gerais de trabalho de todos os envolvidos no processo; buscar métodos democráticos e ativos de ensino-aprendizagem; estabelecer uma interação ativa entre a escola e a comunidade; estabelecer formas democráticas e participativas tanto na gestão da escola quanto na elaboração da política educacional mais geral."

Ultimamente, entre os educadores tem se disseminado a perspectiva de compromisso com as classes sociais populares, onde se coloca à disposição uma articulação entre educação e cidadania, que tem por pressuposto a idéia de que lutar pela cidadania é equivalente a lutar por um mundo melhor. Desse modo, formar cidadãos "seria formar pessoas que tivessem consciência dos direitos e deveres [...] que tivesse uma participação ativa e consciente na condução dos negócios" (TONET, 2007, p. 69).

Por isso, pensar a inclusão da sociologia no ensino médio a partir do pressuposto de formar cidadãos possibilitando a estes o conhecimentos de seus direitos e deveres, pode ser compreendido enquanto uma perspectiva reducionista e/ ou limitada da teoria sociologia, onde seus conteúdos e conceitos teriam uma função informativa, possibilitando assim, que os alunos fossem capazes de conhecerem seus direitos e deveres.

4.3 O Perfil do Ensino da Sociologia nas Escolas de Maceió.

Em 08 de maio de 2008 a inclusão da sociologia como disciplina obrigatória nos três anos do ensino médio torna-se lei federal, aprovada pelo Senado em 02 de junho do mesmo ano e pelo presidente da República em exercício José de Alencar. Este fato põe fim a um círculo vicioso de idas e vindas da sociologia nas grades curriculares do ensino médio.

Todo esse processo foi fruto de uma intensa luta política nas diversas instâncias legislativas. O projeto de autoria do Padre Roque, PLC nº 9/2000 que indicava a obrigatoriedade das disciplinas de sociologia e filosofia no ensino médio e, conseqüentemente, a alteração da Lei nº 9394/96 na qual indicava que os alunos deveriam, ao final do ensino médio ter "domínio dos conhecimentos de filosofia e sociologia" para ao exercício da cidadania. (FRANÇA, 2009)

Esta vitória foi comemorada nacionalmente por sociólogos, estudantes e por entidades representativas destes. Contudo, isso não encerra o debate, mas o amplia à medida que se passa a discutir qual o papel dessas disciplinas no ensino médio. A aprovação da lei nos remete à discussão: quem irá lecionar a sociologia neste nível de ensino? E novamente abre-se um leque gigantesco de discussões sobre a probabilidade de profissionais de outras disciplinas assumirem o ensino da sociologia. Ou seja, "[...] parece que o estabelecimento de uma lei não levou seriedade para o diálogo de como implantar a sociologia no ensino médio. Existe uma sensação de que 'andamos em circulo', afinal, ninguém questiona a obrigatoriedade de ser diplomado em história para ensinar história" (RABELO, 2009, p. 3).

E, entre as inúmeras dificuldades encontradas pelo percurso, temos ainda o tempo destinado, pois como o professor poderá trabalhar os conteúdos sociológicos com uma carga horária de apenas 01 hora aula semanal? Além do mais, ao abrir um precedente para a não realização de concursos, pois torna-se inviável para um docente lecionar em mais de uma escola para cumprir sua carga horária. E a abertura do mercado de trabalho? "Todos reconhecem essas limitações, contudo, até o momento não houve nenhuma convocação oficial para a abertura de uma troca de idéias entre profissionais [...]" (RABELO, 2009, p. 03)

Portanto, o que fazer com a disciplina de sociologia no nível médio? Tal questionamento se coloca na atualidade como um dos temas de maior importância para os

sociólogos brasileiros. Neste sentido e diante desse cenário, desenvolvemos uma pesquisa que nos permitiu, de uma parte apresentar um panorama sobre a atual situação do ensino da sociologia em Maceió e, de outra, traçar o perfil dos professores e como as aulas de sociologia ministradas diante da atual condição de obrigatoriedade do seu ensino no nível médio.

O universo da referida pesquisa constituiu-se de professores e professoras de sociologia da rede estadual e privada de ensino de Maceió, onde foram aplicados 13 questionários. A aplicação dos questionários ocorreu no período compreendido entre os meses de novembro de 2009 a março de 2010. Devido à impossibilidade de se obter informações de todos os elementos que compõe esse universo, por razões como custo, tempo e tamanho, se fez necessário selecionar uma parte desse universo através de uma amostra não-probabilística, cuja escolha dos respondentes se deu com base em critérios de julgamento do próprio pesquisador,

> a amostra não foi representativa em termos de tamanho da população, pois na "pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, etc. (GOLDEMBERG apud RABELO, 2009, p. 05)

O questionário foi elaborado com o intuito de eleger as inquietações da atuação desses profissionais, ou seja, os temas foram direcionados para a formação docente, aspectos didáticos e pedagógicos da vivência do ensino da sociologia, a fim de obtermos uma visão dos pontos que enfraquecem a legitimação do ensino obrigatório da sociologia no ensino médio.

Figura 1 - Quadro: Maceió - Perfil dos Professores de Sociologia do Ensino Médio (2009/2010)

Professores[36]	Formação acadêmica	Perfil dos Docentes				
		Tempo de formação acadêmica	Carga horária semanal de ensino da sociologia	Outras disciplinas que leciona.	Quantidade de escolas onde leciona sociologia	Rede de ensino a qual pertence
Prof. 01	História/ Geografia	8 anos	1 hora/	História, filosofia, e geografia	01	Particular
Prof. 02	Teologia/ História/ Direito	12 anos (a primeira)	6 horas	Filosofia e Religião	01	Particular
Prof. 03	Filosofia	1 ano	8 horas	-	01	Particular
Prof. 04	Estudos Sociais	15 anos	3 horas	Geografia	O1	Particular
Prof. 05	Filosofia	8 anos	9 horas	Filosofia e História da Arte	02	particular
Prof. 06	História	9 anos	12 horas	História e Filosofia	01	Particular
Prof 07	Pedagogia	5 anos	Não respondeu	Didática, Filosofia	01	Pública
Prof. 08	História	10 anos	7 horas	História e Filosofia	01	Pública
Prof. 09	Pedagogia	6 anos	20 horas	Ensino Religioso	01	Pública
Prof 10	Ciências Sociais	23 anos	20 horas	Não	01	Pública
Prof. 11	Pedagogia	18 anos	20 horas	Não respondeu	01	Pública
Prof. 12	Psicologia	20 anos	20 horas	Não respondeu	01	Pública
Prof. 13	Ciências Sociais	4 anos	12 horas	Filosofia	01	Pública

[36] Com o objetivo de preservar a identidade dos professores, optamos por identificá-los através de números, como por exemplo, prof. 01, prof. 02, etc.

Como podemos observar, o quadro 1 caracteriza os professores quanto a sua formação acadêmica e algumas questões profissionais, tais como carga horária, disciplinas diversas exceto a sociologia, que também são lecionadas por eles, dentre outras informações.

Com relação a formação acadêmica, dos 13 professores apenas dois possuem formação específica em ciências sociais; os demais são oriundos de outras áreas do conhecimento, principalmente história e pedagogia. Entretanto, é importante destacarmos que aqueles profissionais graduados em filosofia, possuem habilitação para lecionar também a sociologia no ensino médio[37].

Dando continuidade ao processo de formação desses profissionais, identificamos que a maioria[38] possui especialização *Lato Sensu*, contudo, quando observamos as áreas cursadas pelos mesmos observa-se pouca relação com as ciências sociais, a maioria buscou especializar-se em áreas como a psicopedagogia.

Neste sentido, os dados nos mostram que a sociologia em Maceió tem sido ministrada por profissionais licenciados nas diversas áreas do conhecimento das ciências humanas. Um dos fatores que identificamos para a ocorrência de tais fatos foi o complemento de carga horária, ou seja, os professores que não conseguem atingir sua carga horária total completam-na com o ensino da sociologia e/ou da filosofia. Conforme podemos observar, em informações prestadas por um dos professores: *"eu sou professora de história; mas fui 'obrigada' a ensinar sociologia para complementar minha carga-horária"*. (professor nº08)

A situação aqui apresentada nos faz refletir sobre as reais condições em que a sociologia se encontra inserida no ensino médio. Além dessas, outras questões como sobrecarga de trabalho e precárias condições de trabalho também são mencionadas.

---

[37] De acordo com a portaria nº 399, de 28 de junho de 1989 art. 1ºXII - afirma que "os licenciados em Filosofia possuem licenciatura plena em Sociologia no 2º grau".GUIMARÃES, E. da F; TOMAZINI, D.A. (2004).

[38] Do total de trezes professores pesquisados, nove possuem especialização Lato Sensu e apenas quatro possuem a graduação.

Não temos aqui a pretensão de desvalorizar o profissional de outra área do conhecimento que leciona a sociologia e/ou a filosofia, mas chamar atenção para que o ensino dessas disciplinas não se torne simplesmente descrição de acontecimentos, uma disciplina de atualidades conforme podemos observar no quadro 2. Em muitos casos isto ocorre devido à falta de preparo dos educadores que, por pertencer a outras áreas de conhecimento, acabam não dominando determinados conteúdos referentes, por exemplo, aos grandes clássicos da sociologia. E esta ausência de contextualização dos conceitos chaves das análises sociológicas dificulta uma compreensão dos alunos acerca dos problemas da sociedade brasileira, pois ao optar por não discutir as grandes teorias e abordar apenas as questões pertinentes aos acontecimentos mais recentes da sociedade brasileira, perde-se em sua essência o arcabouço da sociologia, tornando-a um curso meramente jornalístico.

Conforme anteriormente já apontado, outra questão diz respeito ao tempo destinado à disciplina dentro do currículo do ensino médio, pois quando perguntamos quais os principais problemas enfrentados pela sociologia no ensino médio o principal relaciona-se com reduzida carga horária, - *"primeiro eu vejo a quantidade de aulas, pois é apenas uma hora aula semanal"*(professor nº4).

Com uma carga horária extremamente insuficiente, a realidade vivenciada por esses 13 professores pode ser enumerada da seguinte forma:

1- **Hora/aula**: apenas 50 minutos em uma aula semanal dificulta desenvolver os conteúdos selecionados e

2- **Inexistência e/ou insuficiência de material didático:** *"um dos problemas é o material didático não ofertado pelo governo" (professor 09)*

Estas dificuldades nos remetem à questão do método de ensino, visto que, no atual contexto apresentam certas descontinuidades na aplicação da sociologia na educação básica,

ao lado de uma elitização do conhecimento, uma vez que não possuímos uma mesma metodologia para todas as escolas e tampouco livros didáticos enviados pelo Ministério da Educação. E o desafio está na retomada de uma reflexão que busque operacionalizar os conhecimentos adquiridos na formação acadêmica (especificamente em Ciências Sociais), para um alunado jovem desprovido de qualquer vivência nessa área de conhecimento, mas que ao mesmo tempo possui expectativas em relação ao conteúdo trabalho em sala de aula. (RAIZER, 2008). Neste sentido, ao procurarmos identificar os recursos didático-pedagógicos utilizados pelos professores e professoras em Maceió as respostas foram as mais variadas possíveis: enquanto alguns fazem uso de livros didáticos, outros preferem a utilização de apostilas;vejamos no quadro abaixo.

Figura 2 - Quadro: Maceió - Recursos Didático-pedagógicos Utilizados no Ensino de Sociologia no Nível Médio.

Professor	Recursos didáticos utilizados	Utiliza livros didáticos, quais?	Conteúdo trabalhado em sala de aula
Prof. 01	Textos complementares, Power point, documentários	Não	Primeiros sociólogos, sociologia e as escolas sociológicas; Crise do Estado Contemporâneo
Prof. 02	Multimídias, lousa digital, filmes	Sim, Introdução à sociologia Pérsio Santos	Sociedade humana como objeto de estudo; Educação e sociedade
Prof. 03	Apresentação de vídeos, documentários	Sim, Introdução à sociologia Pérsio Santos	A sociedade humana; Princípios de sociologia; Como funciona a sociedade; Grupos sociais, Papéis sociais
Prof. 04	Data-show, vídeos e reportagens, músicas	Não, trabalha com apostilas	Sociologia clássica; A questão do trabalho e classes sociais; Individuo e sociedade, grupo social, estratificação social
Prof. 05	Internet	Sim, Pérsio Santos, Gilberto Coutrin	Individuo e Sociedade; Problemas sociais no mundo pós-moderno
Prof. 06	Textos, discussões, Power point	Não, faz uso de apostilas	Escolas Sociológicas; Cultura: formação e diversidade social; Processos sociais: interações e conflitos
Prof. 07	Livros, revistas, DVDs, CDs, quadro de giz	Sim, Pérsio Santos, Manuel Castells, Ely Chinay, Mundo Jovem	O estudo da sociedade humana; conceitos básicos para a compreensão da vida social, cidadania e minorias, Cultura; Instituições Sociais
Prof. 08	Trabalhos em grupo, textos atuais, charges e filmes	Gilberto Freire; Fernando de Azevedo	Introdução a Sociologia, Temas relacionados ao cotidiano dos alunos;
Prof. 09	Filmes , revistas, música e outros	Não respondeu	Não respondeu

Prof. 10	Texto, jornais, vídeo	Pérsio Santos, Nelson Pillet, Pedrinho Guareschi, entre outros	O que é sociologia?; Interação social, grupos sociais, individuo e sociedade, Agrupamentos sociais, instituições sociais
Prof. 11	Textos, filmes, palestras e sites	Augusto Comte, Karl Marx, Durkheim, Gilberto Freire, Florestan Fernandes.	Fundamentos de sociologia, fatos sociais, processos sociais, convívio social, grupos sociais
Prof.12	Vídeos, internet, blogs, seminários	Pérsio Santos	Temas atuais, estudo da sociedade, estratificação social, escolas sociológicas.
Prof. 13	Vídeos contextualizados com temas sociais.	Durkheim, Weber e Marx, Bourdieu	A sociedade como objeto de estudo, a convivência humana, Agrupamentos Sociais, o trabalho na sociedade moderna

A seleção dos temas, os recursos metodológicos, a seleção dos livros que os professores adotam, expressam como de fato se efetiva o contato destes com a padrões normativos da sociologia. Ao observar a escolha dos temas, constatamos uma verdadeira fragmentação de conteúdos trabalhados em sala de aula com os alunos. Dentre os temas mais citados temos a introdução à sociologia e o contato com os fundadores do pensamento sociológico. Na seqüência podemos citar ainda os estudos dos grupos sociais, estratificação, processos sociais, convívio social, cotidiano dos alunos.

Ao observarmos os Parâmetros Curriculares e as Orientações Educacionais, estes apontam de forma objetiva os conceitos estruturadores da sociologia: cidadania, trabalho e cultura, ao tempo que indicam como devem ser organizados os currículos das disciplinas que pertencem ao eixo Ciências Humana e suas tecnologias, em específico ao ensino da sociologia, com a construção de recortes teóricos que privilegie os eixos temáticos, indivíduo e sociedade, cultura e sociedade, trabalho e sociedade, política e sociedade, pois assim evita-se a fragmentação e a seleção de temas isolados propondo uma articulação dos assuntos entre si, como proposta de uma construção de conhecimento dos alunos. (PEREIRA, 2009).

No entanto, identificamos que essa justificativa de que as "finalidades educacionais dos PCN's visam especialmente formar para a inserção social no mundo produtivo globalizado" (LOPES, 2002, p. 389). Não oferecendo, dessa forma, nenhum subsídio real para a formação de um pensamento crítico, pois, a própria estrutura social na qual esses parâmetros encontram inseridos, não é questionada; ao contrário, o aluno é obrigado a adequar-se a ela.

> A perspectiva dos PCNEM é a de adequar ao máximo o educando à nova realidade do *mundo atual* para que esse exerça sua *cidadania de forma plena*. [...] Observando-se a proposta dos PCNEM, pode-se inferir preliminarmente que ela responde aos anseios do grupo político dirigente do momento. Pretende-se inovar a educação sem fazer a crítica radical da sociedade na qual está inserida. Por conseguinte, a perspectiva dessa proposta merece toda atenção crítica por parte dos educadores. (COAN, 2006, p. 66)

Outro aspecto que identificamos no quadro 2, diz respeito aos conteúdos trabalhos no ensino médio. Segundo Moraes (2009) é complicado definir um conteúdo sem antes termos definido um número de aulas destinado à sociologia nos currículos do ensino médio. E isto tem muito a ver com as questões debatidas sobre uma proposta única nacional, mas segundo o autor, essa é uma questão que ainda necessita ser discutida entre os sociólogos, visto que, como existe uma defesa de que o ensino da sociologia possui por objetivo "desenvolver o pensamento sociológico no aluno" ou "levar o aluno a pensar sociologicamente" a questão da elaboração de uma proposta única acaba sem sentido, pois a questão não está na determinação de tais conteúdos e outros não, mas de uma unidade entre conteúdos e metodologias, onde estes podem ser os mais diversos, mas será justamente a metodologia que irá fazer a diferença.

Não estamos formando cientistas sociais na escola básica e por isso devemos saber que a sociologia entendida enquanto disciplina, deve sim passar por um processo de adequação. Para não ficar numa dimensão próxima ao que entendemos de senso comum, ou seja, ficarmos presos apenas aos conhecimentos que os alunos possuem sobre sua vivência. "A tarefa do professor de sociologia é buscar refinar essas pré-noções dos educandos, oportunizando a sistematização e o estabelecimento de relações causais entre os fenômenos sociais, explorando toda a complexidade das relações sociais com vistas ao desenvolvimento da consciência crítica." (RAIZER, 2008, p. 12)

É necessário questionarmos qual é o lugar da sociologia e o seu objetivo no ensino médio. Será o de formar sociólogos? Acreditamos que não, mas será que é o de introduzir uma forma de se pensar a realidade sociologicamente, fornecendo aos alunos meios para compreendê-la? Neste sentido, pensar, refletir e analisar sociologicamente as transformações do mundo atual pode contribuir de forma indispensável com a formação desses alunos que estão prestes a ingressar no ensino superior. Para Ribeiro (2009, p. 58) "a particularidade e a

importância da sociologia no ensino médio estão [...] na desconstrução das pré-noções socialmente constituídas e reproduzidas e no estímulo a um pensamento crítico."

Portanto, pensar o papel da sociologia no ensino médio nos leva ao contexto que recai sobre algumas indagações com relação à educação, ou seja, o que tem a sociologia a contribuir com a escola? Quais têm sido os desafios para tornar essa disciplina atraente aos alunos?

Neste sentido, a escola pode ser compreendida enquanto um imenso e complexo conjunto de relações sociais, que tem seu desenvolvimento marcado pelo dinamismo e pela autonomia. Por isso, exerce uma atividade organizadora e transmissora de um conjunto de conhecimentos que podem ser considerados "universais", por proporcionar a reprodução da sociedade e até mesmo da própria escola, mas sempre garantindo uma parcela de autonomia no processo de construção de sua existência. "A escola é o conjunto das dinâmicas dos sujeitos individuais e coletivos expressas nas suas relações num determinado tempo e contexto histórico." (FRANÇA, 2008, p. 514)

Portanto, pensar a sociologia, no ensino médio, nos remete a compreendê-la enquanto uma ciência da sociedade, onde esta não pode e não deve ser estudada apenas de forma contemplativa, pois seus conteúdos devem ser entendidos como sendo o conhecimento construído pelos sujeitos, na sociedade de forma que contribua no processo de conscientização de sua condição de classe. Assim, a polêmica sobre a permanência desta disciplina no ensino médio, deixa claro o distanciamento entre a prática educacional e a idéia de um ensino voltado para a compreensão da realidade.

Outro aspecto de relevância, diz respeito ao problema de materiais didáticos e livros didáticos, onde é comum a falta de material bibliográfico para o ensino da sociologia e a falta de um material adequado à realidade do aluno. No entanto, concordamos com Pereira (2009), quando afirma que atualmente existe um número considerável de materiais didáticos

disponíveis aos professores, tanto para o uso em sala de aula, como para o processo de preparação e reflexão sobre determinados conteúdos a serem ministrados.

Quando questionados sobre o uso do livro didático 09 dos 13 professores (ver quadro 2), afirmaram fazer uso de livros, o restante utilizam apostilas e textos complementares. Verificamos que dentre os livros de apoio mais citados foi o de Pérsio Santos de Oliveira[39], "Introdução a Sociologia". O próprio autor (Pérsio Santos) na introdução de seu livro, destaca que este possui uma linguagem acessível, onde busca explicar de forma mais simples, clara e objetiva os conceitos mais abstratos da sociologia. Contribui para que o leitor possa ter condições de compreender a sociedade em que vive, com todos os seus conflitos e contradições. (OLIVEIRA, 2004)

Segundo Takagi (2007) a linguagem do livro é realmente muito acessível, contudo, existem momentos em que a linguagem é muito simplória, ou seja,

> Faltam elementos para que o aluno compreenda melhor. Dessa forma, a escolha por uma linguagem mais acessível pode prejudicar a qualidade do texto oferecido pelo livro, porque ela deixa de ser argumentativa para ser somente descritiva. Somente a explanação das teorias ou dos autores não auxilia a compreensão do texto, e por vezes o texto é muito imediatista. A tentativa de trabalhar com uma linguagem simples faz com que o autor economize palavras e frases importantes. (TAKAGI, 2007, p. 146)

Com relação a outros autores, apenas três professores destacaram fazer uso dos autores Èmile Durkheim, Max Weber, Karl Marx, Augusto Comte, o que demonstra uma maior familiaridade com a tradução sociológica.

Já no que se refere à metodologia de ensino, ou melhor, os recursos didáticos utilizados pelos professores para desenvolver suas aulas, nenhum mostrou intimidade com os padrões teórico-metodológica para orientar sua prática de ensino. Os professores informaram na sua maioria, utilizarem recursos didáticos bem tradicionais, como a leitura de textos e aulas

[39] Pérsio Santos de Oliveira foi professor do ensino médio por vários anos, no período entre 1942 e fins da década de 1980. Graduou-se em Ciências Sociais pela USP em 1969. Mestre em sociologia pela mesma instituição em 1976. (SARANDY apud TAKAGI, 2007, p. 146)

expositivas (ver quadro 2). Acrescentaram ainda que utilizam debates, discussões de filmes, realização de pesquisas, jornais, revistas, internet (um professor incluiu ainda o uso de blogs para discussão de assuntos atuais), questionários, trabalhos em grupo e individuais, charges, música.

Tais informações corroboram com o que afirmamos anteriormente, onde o trabalho do professor se esgota em si mesmo, e eles acabam contribuindo com discussões de fundo jornalísticas, sem a utilização dos embasamentos sociológicos indispensáveis ao ensino da sociologia.

No que diz respeito a questões referentes à importância da disciplina neste nível de ensino e a sua atual condição de obrigatoriedade, de maneira geral os professores acreditam que a sociologia é importante para a formação dos alunos. Vejamos o quadro abaixo.

Figura 3- Quadro: Maceió - O que Pensam os Professores acerca da importância do Ensino Obrigatório da Sociologia no Nível Médio.

Professores	Importância do ensino da sociologia
Prof. 01	"É importante visto que, a sociologia ajuda os alunos a direcionarem-se numa sociedade em transformação, em que os valores parecessem passar por um processo de inversão"
Prof. 02	"Sim, somos seres sociais"
Prof. 03	"penso que o homem como ser social deve ser assim considerado e para tanto o estudo sobre a organização, os mecanismos de funcionamento e manutenção de uma sociedade se faz necessário.
Prof. 04	"sim, não penas no ensino médio, mas também em todo o ensino fundamental, pois, desde que nascemos passamos a viver em grupo e nos submetermos as instituições sociais existentes."
Prof. 05	"devia ter desde o fundamental para consolidar a idéia de cidadania, desde a infância de forma mais enfática"
Prof. 06	"sim, aumenta a compreensão da realidade social e estimula a ação consciente dos indivíduos enquanto seres sociais e cidadãos"
Prof. 07	"Sim, porque o aluno que breve sairá para o mercado de trabalho, precisa saber conviver em uma sociedade onde exista justiça social, com sua participação ativa."
Prof. 08	"sim, a sociologia trata de questões que a sociedade elitista faz questão que a camada pobre não as discuta."
Prof. 09	"Sim"
Prof. 10	"Sim, porque é através dessa matéria que podemos tornar os alunos mais conscientes a respeito dos problemas sociais"
Prof.11	"sim, creio que carrega a possibilidade da formação mais ampla dos alunos"
Prof. 12	"sim, porque contribui para o desenvolvimento da aprendizagem de meus alunos, apesar de toda a dificuldade"
Prof. 13	"sim, Para despertar nos alunos a necessidade da reflexão crítica-social em sua participação na sociedade.

De maneira geral, os professores defendem que a sociologia é importante para a formação do aluno. Porém apenas três remetem mais para uma proposta relacionada ao processo de transformação, como por exemplo, um dos professores (prof. 13), que afirma a importância da sociologia para o aluno está no processo de reflexão de sua própria participação na sociedade. O que nos remete a uma defesa do ensino enquanto uma formação humana, isto é,

> "O conhecimento sociológico certamente beneficiará nosso educando na medida em que lhe permitirá uma análise mais acurada da realidade que o cerca e na qual está inserido. Mais que isto, a sociologia constitui contribuição decisiva para a formação da pessoa humana, já que nega o individualismo e demonstra claramente nossa dependência em relação ao todo, isto é, à sociedade na qual estamos inseridos" (SARANDY, 2004, p. 123)

Ao mesmo tempo, a fala dos professores nos remete a identificar os objetivos que permeiam o ensino da sociologia no nível médio. Constatamos que dentre os objetivos os que mais se destacam refere-se à contribuição no desenvolvimento de um pensamento crítico e a possibilidade de despertar nos alunos a capacidade de analisar, interpretar e compreender a realidade social. Portanto, preparar para o exercício da cidadania e estudar os conceitos que possam levar os alunos a compreender a realidade está dentre os principais objetivos discutidos.

Mediante as transformações da estrutura capitalista, a função da sociologia não deve ficar presa apenas a formação do cidadão e a preparação para o mercado de trabalho. É algo que vai além, ou seja, é o que Tonet chama de emancipação humana, onde busca superar duas perspectivas na apreensão do social. Uma referida e limitada à subjetividade e a outra referida e limitada a objetividade na busca de apreender a totalidade, que incluiria essas duas dimensões. Neste sentido, a emancipação humana é "por seus fundamentos e sua função social, algo radicalmente distinto e superior a cidadania, que é parte integrante da emancipação política." (TONET, 2005, p. 1)

Neste sentido, o autor afirma que a relação entre educação e cidadania não deve ser articulada uma com a outra, pois a cidadania não possui como finalidade a liberdade humana. Ou seja, "significa que vista sob a perspectiva dos direitos sociais, da cidadania social, ela não tem a finalidade de produzir indivíduos conscientes para o exercício da plena liberdade" (FONSECA, 2010, p. 11)

Para que a atividade educativa possa efetivamente contribuir para a emancipação humana, nas atuais condições históricas, Tonet apresenta cinco requisitos, que são eles: o primeiro refere-se a necessidade de afirmação da finalidade a ser atingida com a educação, que neste caso seria a emancipação humana, para assim estabelecer os meios para alcançá-la; o segundo requisito argumenta que limitadamente, o educador possui um poder em sua atividade e por isso é necessário que este possua uma consciência crítica para assim poder criar e estabelecer os fins. Ou seja,

> "é preciso reconhecer que, [...] o processo histórico humano e especialmente a realidade do mundo atual (capitalista), a lógica do capital que o preside e a natureza da crise em que esta mergulhado o mundo, hoje. Afinal, a educação é uma parte dessa totalidade complexa que é o conjunto da sociabilidade. Sociabilidade que, por sua vez, tem no trabalho o seu fundamento. Deste modo, é absolutamente necessário que as articulações com esse mundo sejam compreendidas para que a dimensão educativa não seja vista de modo isolado" (TONET, 2007, p. 68).

O terceiro requisito encontra-se relacionado à necessidade de compreensão da natureza essencial da educação, pois é necessário para se evitar que se atribua a ela, responsabilidades que não lhe são próprias, visto que, "não é qualquer conceito de educação que é consistente com o objetivo da emancipação humana" (TONET, 2007, p. 68). O quarto requisito é justamente o conhecimento dos conteúdos específicos de cada área de conhecimento, onde o educador necessita possuir certa articulação com as ciências do saber. O quinto e último requisito, refere-se a uma articulação entre as atividades educativas e as classes subalternas, "especialmente com as lutas daqueles que ocupam posições decisivas na estrutura produtiva." (TONET, 2007, p. 69).

Neste sentido, Tonet compreende que não é papel fundamental da educação a transformação da sociedade, pois este cabe ao trabalho, isto é,

> A emancipação humana, [...], por estar fundada no ato de trabalho [...] representa o espaço onde os homens podem ser efetivamente livres, onde eles podem realizar amplamente as suas potencialidades e onde podem, de fato, ser senhores do seu destino. Daí porque entendemos que a emancipação humana deve ser colocada claramente como o fim maior de uma atividade educativa da perspectiva do trabalho." (TONET, 2007, p.70)

Segundo Fonseca (2010), a educação desde a idade primitiva era desenvolvida pelo homem e pelo trabalho, assim como todas as outras atividades também encontrava-se direcionadas à ele (o trabalho). Não existindo assim, diferenciação entre essas esferas. Contudo, foi somente a partir do surgimento das classes sociais que tivemos início ao processo de necessidade de separação da educação da sociedade. Assim, é a organização da produção quem irá determinar para quem a educação será destinada e como esta será apresentada. No capitalismo a educação ganha um papel de destaque no processo de produção, onde seu objetivo passa a ser o de contribuir com os homens com um conjunto de valores, ideais, e comportamentos para assim adequá-los a vida de cidadãos participantes da sociedade.

Entretanto, segundo Tonet (2007) não podemos pensar uma educação emancipada oposicionista à educação conservadora, pois segundo o mesmo, é neste âmbito que encontra-se a contradição da educação, visto que, ao mesmo tempo que possibilita a superação da alienação, também se faz alienação. Pois, "[...] nesta sociedade ela age fortemente para que o aprendizado dos educandos [...] se dê de forma a não por em risco os interesses das classes dominantes. [...]" (FONSECA, 2010, p. 11). Dessa forma, além de determinar qual conteúdo deverá ser ministrado no processo educativo, também delimita para quem e como o conteúdo será direcionado na sociedade.

4.4 As Contradições do Ensino Obrigatório da Sociologia.

Conforme o já apresentado anteriormente, sabemos que foram muitas as reformas que retiraram e incluíram a disciplina de Sociologia nos currículos das escolas brasileiras. Posteriormente a um longo período de intermitência e da retirada definitiva da Sociologia dos currículos escolares brasileiros, o final dos anos 90, foi de muita articulação e luta em torno da tentativa de implantação de uma lei que tornasse obrigatória a Sociologia no Ensino Médio. De tal modo, somente com a Lei 11.684 de 02 de junho de 2008, a Filosofia e a Sociologia passaram a ser incluídas como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio, alterando o inciso III do §1º do Art.36 da Lei 9.394 (BRASIL. Lei nº 11.684 de 02 de junho de 2008, atualizando a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.). Conforme a Lei 11.684, "IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio."

Não obstante, a prescrição legal não foi o suficiente para que a sociologia fosse respeitada por todos enquanto uma disciplina fundamental para a formação dos jovens. Deste modo, retomamos aqui tais questões por acreditarmos ser indispensável à rediscussão do papel da sociologia no ensino médio. Já que tais discussões ultrapassam a simples redistribuição e/ou aumento da carga horária, ou ainda da ampliação do espaço na grade curricular.

Por mais que tenha sido uma vitória a "obrigatoriedade do ensino da sociologia no nível médio" é necessário e indispensável [...] desconfiar do que nos parece óbvio para não corremos o risco de deixar que a sociologia e a filosofia se tornem apenas meras disciplinas, ou seja, que seu conhecimento seja disciplinado pelo ponto de vista do capital, ensinando o 'legalês' e o 'economes' tidos como necessários ao exercício da cidadania"[...] (SILVA SOBRINHO, 2009, p.17). Pois, dentre as diversas disciplinas do ensino médio a sociologia possui uma função distinta, sua intervenção se dá de forma que os alunos tenham um contato

diferente com sua própria realidade social. Proporcionando a estes uma formação e compreensão mais crítica acerca da realidade, segundo Bastos (2002, p. 210),

> É essa qualidade crítica que caracteriza as ciências sociais. É o que permite a ruptura com o senso comum – a depuração das noções do senso comum transformando-as em abstrações mais complexas, capazes de funcionar como categorias analíticas do pensamento. Esse traço resulta numa tensão. As ciências sociais operam a partir de um duplo movimento: tanto visam apreender a realidade como distanciam-se da realidade imediata, construindo uma outra espacialidade que permite ir além da aparência, revelar o oculto, ir além das consciências individuais.

Deste modo, mais que formar para o mercado de trabalho e para a cidadania a sociologia tem como função preparar o aluno para ser capaz de analisar criticamente e racionalmente sua própria realidade social. Pois, sem dúvida, tanto a sociologia como a filosofia desde suas origens carregam consigo sentidos que incomodam e perturbam a ordem estabelecida, pois conforme nos afirma Fernandes (1980) uma das funções do ensino da sociologia é a capacitação dos jovens para uma participação mais ativa e consciente na vida social e política.

Afirma-nos ainda Sarandy (2004), que a falta de legitimidade da sociologia enquanto disciplina do ensino médio encontra-se atrelada a ausência de uma tradição das ciências sociais no ambiente escolar e sua intermitência nos currículos do ensino médio. Entretanto, devemos avançar em nossas reflexões e questionamentos com relação ao sentido e a especificidade que marca a presença da sociologia no ensino médio. Já que este deve se encontrar articulado ao desenvolvimento do pensamento crítico.

Neste sentido, as finalidades educacionais defendidas tanto pela LDB como pelos PCN’s, que visam à formação e preparação do aluno para inserção no mundo do trabalho, acabam por não oferecer subsídios necessários para a construção de um pensamento crítico, visto que a própria estrutura na qual estes documentos encontram-se inseridos, sequer são questionados, ou seja, o que caracteriza esses documentos oficiais segundo Coan (2006, p.

66), são justamente as respostas dos mesmos "[...] aos anseios do grupo político dirigente do momento. Pretende-se inovar a educação sem fazer crítica radical a sociedade na qual está inserida. Por conseguinte, a perspectiva dessa proposta merece toda atenção crítica por parte dos educadores [...]". deste modo concordamos com Silva Sobrinho (2009, p. 17) ao afirmar que:

> A sociologia e a filosofia, sem dúvida, carregam consigo sentidos que incomodam, porque perturbam a ordem estabelecida, e por isso, sofrem o peso do jurídico, que as defendem através da 'obrigatoriedade' enquanto 'disciplinas' mas ao mesmo tempo, as põem em lugares 'necessários' ao 'exercício' da ordem tecnológica, exigindo que elas forneçam o conhecimento, igualmente 'necessário', para formar 'cidadão' de direitos e deveres. Nessa trama discursiva caba a essas disciplinas ficar a serviço da normalidade.

Deste modo, a hegemonia capitalista submete os processos educacionais aos seus interesses ao mesmo tempo em que os coloca a seu serviço. Por isso, a necessidade de desconfiarmos desse processo de "obrigatoriedade do ensino da sociologia", de questionarmos qual sociologia esta sendo lecionada, pois acreditamos que o ensino e a pesquisa de sociologia, podem sim contribuir para uma apreensão mais crítica da visão social e "[...] para o desvendamento e contradições que marcam um mundo cindido por uma precarização social e [...] mercadorização de todas as esferas da vida humana." (JINKINGS, 2007, p. 113)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto ao longo desta dissertação, foi possível identificar várias questões em relação às dificuldades enfrentadas pelo ensino brasileiro e mais especificamente em relação à sociologia no ensino médio. Os debates a cerca da educação no Brasil, precisam ser situados num amplo contexto socioeconômico e cultural, em virtude da complexidade do sistema educacional capitalista.

As principais mudanças ocorridas no Brasil desde a década de 90 condicionaram fortemente a reforma educacional do país, o que influenciou diretamente a concepção de educação para a cidadania. A atual legislação educacional brasileira encontra-se apoiada em dois principais eixos: a cidadania e o trabalho, onde ambos se mostram complementares entre si. A dimensão econômica e política da educação aparecem nos textos oficiais de maneira articulada, tratando a educação como um meio de ascensão social e conseqüentemente como uma forma de diminuição das desigualdades sociais, tornando-a um acesso para o mercado de trabalho subordinado aos anseios do capitalismo.

Dessa forma, a educação inserida nesse contexto, tem fundamentado as suas ações na subordinação à ordem vigente, que "interioriza as condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzi-los à sua aceitação passiva" (MÉSZÁROS, 2005, p. 17). O capital, assim, opera uma diminuição das ligações que articulam a educação e o mercado, promovendo a mais ampla mercantilização do ensino. O conhecimento nesse contexto torna-se inevitavelmente mais superficial e fragmentado, atingindo principalmente as ciências que se voltam mais diretamente para a compreensão da totalidade social e que neste sentido, apontam para uma possibilidade de superação do trabalho explorador, como é o caso, por exemplo, da sociologia.

Neste contexto, com relação ao ensino da sociologia, que teve seu processo de implantação no ensino médio permeado de idas e vindas, por recusas e aceitações, o que contribuiu de forma expressiva para que esta perdesse seu propósito inicial, que era de tornar o aluno capaz de analisar historicamente os fenômenos sociais, possibilitando a este tornar-se crítico com relação aos processos contraditórios da sociedade capitalista, especificamente da sociedade brasileira. Deste modo, o ensino da sociologia no nível médio, conforme o abordado ao longo desse trabalho vem para demonstrar que esta disciplina ingressa nas escolas em um momento desfavorável, no qual as políticas educacionais visam apenas à formação técnica, mantendo-se alheio a formação das humanidades, ou seja, o sistema educacional vive um momento predominantemente tradicional, ocorrendo assim, a valorização das disciplinas formais.

Por isso, buscamos nesse estudo debruçarmos sobre uma análise que envolve o ensino, a sociologia e suas relações com o capitalismo. Visto que, a partir desse imbricamento, foi possível compreender como o bloco do poder hegemônico[40] estabelece sua ideologia no cotidiano escolar, entravando dentro da escola qualquer prática educacional que possua uma proposta menos conservadora. Dessa forma, entendemos que seria incoerente pensar o ensino da sociologia sem que fossem estabelecidas conexões com o sistema educacional como um todo, já que nossa tentativa foi a de debater o papel na sociologia na escola na atual conjuntura educacional capitalista.

Na dimensão empírica desse trabalho, desenvolvemos uma pesquisa que desse conta de identificar o processo pedagógico do ensino da sociologia junto com os professores das redes públicas e privadas do município de Maceió, com a finalidade de compreender o processo de implantação e consolidação desta disciplina neste município. Pois, com o aprofundamento empírico foi possível pontuar algumas questões gerais, embora não

[40] Cf. Antonio Gramsci (1989).

conclusivas, para pensar a sociologia na formação do aluno. Contudo, identificamos que as dificuldades encontradas pelos professores de sociologia no ensino médio estão muito além de suas possibilidades de solução, já estas se encontram definidas, em sua maioria, no âmbito das políticas educacionais, deixando uma margem muito pequena de solução para iniciativas particulares do professor.

A formação acadêmica do professor de sociologia aparece de forma relevante para o desenvolvimento de ações que se apóiem na relação teoria/prática. Foi constatada a presença de professores de diferentes formações, atuando como professores de sociologia no ensino médio é preciso levarmos em conta que esta disciplina possui especificidades próprias o compromisso de desenvolver no aluno a capacidade reflexiva e crítica diante da realidade que o cerca.

No que tangem, os documentos oficiais estes sugerem uma ruptura com o ensino tradicional, no entanto, se faz necessário observar que os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), fazem parte de uma reforma educacional que vem se desenvolvendo ao longo dos anos no Brasil, e cuja orientação encontra-se voltada para o mundo produto. Neste sentido, concordamos com Silva Sobrinho (2009, p. 6), ao destacar que:

> Os PCN's se mostram como um discurso 'modernizador' e, por isso, produzem efeitos de sentido de novidade, [...]. Observamos que estes documentos possuem, em sua formulação, uma textualidade cuja historicidade está em consonância com a nova ordem mundial, que toma como natural a sociabilidade capitalista e seus imperativos destrutivos.

Portanto, as finalidades educacionais destacadas nestes documentos, visam na verdade formar para a inserção no mundo produtivo, não oferecendo subsídios reais para a formação de um pensamento crítico, pois, a própria estrutura na qual estes encontram-se inseridos , não é questionada, pelo contrário, cabe aos alunos apenas se adequarem a elas. Neste sentido, podemos afirmar que os documentos oficiais podem ser caracterizados enquanto respostas aos anseios de grupos políticos dirigentes, onde busca-se inovar a educação, sem no entanto, fazer

uma crítica a sociedade na qual está inserida, por esse motivo destacamos a necessidade de se ter um olhar crítico diante tais propostas oficiais.

Deste modo, acreditamos que a tarefa educacional dessa nova geração de futuros sociólogos deva ser o de trilhar caminhos que levem á uma transformação ampla e emancipatória da sociedade, onde só poderá se concretizar a partir da contribuição da educação em suas múltiplas potencialidades. Entretanto, a pesar das constatações negativas com relação ao ensino da sociologia no nível médio, acreditamos sim, em um futuro promissor para esta disciplina.

Logo, acreditamos que a pesquisa apresentada não dá conta de responder todas as questões relativas ao processo do ensino de Sociologia no Ensino Médio. Porém, nos remete a estudos futuros, ao mesmo tempo, que abre novos caminhos de discussões na tentativa de estimular mais e mais esse debate, buscando ampliar as referências para a área.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Elide Rugai. Ciências Sociais e trabalho intelectual. **Tempo Social**– *Revista de sociologia da USP* – FFLCH. São Paulo, vol. 14, nº 2. p. 209-212, outubro 2002.

BRAGANÇA, Sanderson Dias. "Sociologia e Filosofia no Ensino Médio: Mais de Cem Anos de Luta". In: **Espaço Acadêmico** – Revista Eletrônica Mensal, Ano I, nº 06, novembro de 2001. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/. Acesso em abril de 2009.

BRIDI, Maria aparecida. et al. **Ensinar e Aprender Sociologia no ensino médio**. São Paulo: Contexto, 2009.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. Trad. Donaldson M. Garschagen. 29º ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BORGES, Adriana Cristina.; et al. **A sociologia no ensino médio: uma desnaturalização dasrelaçõessociais.**Disponívelem:<http:www.uel.br/grupoestudo/gaes/pages/arquivo/GT2%2%20artigo%20Borges%20e%20discipina%20sociologia%20ensino%medio.pdf>. Acesso em 18 de setembro de 2010.

BUENO, Maria Sylvia Simões. Orientações nacionais para a reforma do ensino médio: dogma e liturgia. **Cadernos de Pesquisa**, nº 109, p. 7-23, março 2000.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional: lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** – 5ª Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação Edições Câmera, 2010. Disponível em: http://bd.camara.gov.br. Acesso em 20 de janeiro de 2011.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília, 1999.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e Cidadania nas reformas de educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: EDUFAL, 2007.

CANDIDO, Antonio. Sociologia: Ensino e Estudo. In: **Revista Didática e Cientifica**. XI (3): set., São Paulo, Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, 1949, pp. 275-289.

CARVALHO, Leujene Mato Grosso de. A trajetória Histórica da Luta pela Introdução da Disciplina de Sociologia no Ensino Médio no Brasil. In: CARVALHO, L. M. G. de (Org.). **Sociologia e Ensino em Debate. Experiências e Discussão de Sociologia no Ensino Médi***o*. Ijuí, Ed. Unijuí, 2004, pp.17-60.

CARVALHO, Cesar Augusto de. A Sociologia, a nova LDB e os paradigmas pós-modernos. In: II Simpósio Estadual sobre a Formação de Professores de Sociologia. **Anais**, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. Disponível em: http://www.uel.br/grupoestudo/gaes/pages/arquivos/a%20sociologia_ldb_pos.modernidade.rt acesso em 21 de setembro de 2010

CATANI, Afrânio Mendes et al. **Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. Educação e Sociedade,** ano XXII, nº 75, agosto 2001.

COAN, MARIVAL. **A sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho**. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2006.

COSTA PINTO, L. A. O ensino das Ciências Sociais no Brasil. In: **Sociologia:** Revista Didática e Cientifica. VI (1), São Paulo:USP, 1944, pp.15-21

_____. Ensino da Sociologia nas Escolas Secundárias. In: **Sociologia:** Revista Didática e Cientifica. IX (3), São Paulo: USP, 1949, pp. 290-308.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252 . Disponível em http://www.cedes.unicamp.br . Acesso em 20 de julho de 2010.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil**. Petrópolis-RJ, Vozes, 1980.

_____. A formação política e o trabalho do professor. In: CATANI, Denice Bárbara (org.) **Universidade, escola e formação de professores** –2ª ed. – São Paulo: Editora brasiliense, 1987. p. 13-37.

FERREIRA, Eduardo Carvalho. **Os lugares da sociologia no ensino médio – o caso da cidade de Londrina – PR**. *(2007).* Trabalho de Conclusão de Curso . Universidade Estadual de Londrina. 2007

FONSECA, Thayse dos Santos. Cidadania e Educação: conceito e processo histórico. V Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas. 31 e 03 de setembro de 2010. **Anais**, Alagoas. Disponível em: http://dmd2.webfactional.com/media/anais/cidadania-e-educacao-conceito-e-processo-historico.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

FLORÊNCIO, M. A. de L. A Sociologia no ensino médio: a trajetória histórica no Brasil e em Alagoas. In: PLANCHEREL, A. A.; OLIVEIRA, E. A. F de. **Leituras sobre Sociologia no Ensino Médio.** Maceió: EDUFAL, 2007.

FRANÇA, Valnei Francisco de. **O "entorno" da transposição didática da disciplina de sociologia no ensino médio do Paraná – a construção de seu universo gravitacional**. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. 2009

_____. **A função social do ensino da sociologia no nível médio**. Disponível em: www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/333_651.pdf. Acesso em 21 de setembro de 2009.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. – 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 23)

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Ática, 1987, p. 26-34.

GOMES, Ana Laudelina Ferreira. Notas críticas sobre as Orientações Curriculares Nacionais(OCN's) para o Ensino de Sociologia no Ensino Médio - UFRN **Cronos,** Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 475-486, jul./dez. 2007

GRACIOLLI, Edílson José; MACHADO, Raphael Amorim. **O ensino de sociologia e as influências das transformações do capitalismo na educação brasileira**. Disponível em:www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariosdotrabalho/índice.htm. Acesso em 05 de dezembro de 2010.

GRAMSCI, Antonio. A Organização da Cultura. In: _____. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. 7ª Ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989, p. 117- 157.

JINKINGS, Nise. **A Disciplina de Sociologia no Ensino Médio**. Trabalho apresentado ao Departamento de Metodologia de Ensino, do Centro de Ciências Sociais da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, em concurso de professor adjunto, em março de 2004.

_____. Ensino de Sociologia: Particularidades e Desafios contemporâneos. **Mediações**, Londrina, vol.12, nº 1, p. 113-130, jan/jun. 2007

_____. A Sociologia nas escolas de Santa Catarina. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, **Anais**, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

KUENSER, Acácia Zeneide. O Ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, Ano XXI, nº 70, abril de 2000. p. 15- 39.

LIEDKE FILHO, Enno D. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2007, p. 376-437.

LIMA, Rogério Mendes de. Novos olhares e práticas, e porque não, uma nova escola: A sociologia e os rumos da educação básica. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, **Anais**, UFRJ, Rio de janeiro. 2009.

LOURENÇO, Júlio César. Finalidade, Metodologia e Perspectivas do Ensino de Sociologia no Ensino Médio. **Revista Habitus** – Revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ. Vol 6, nº 1, 2008. Disponível em: http://www.habitus.ifcs.ufrj.br. Acesso em: 10 de junho de 2010.

MACHADO, Raphael Amorim. O ensino médio e a cidadania: o conceito de cidadania dentro da reforma educacional brasileira da década de 1990. V simpósio Internacional: O Estado e os Políticos Educacionais no Tempo Presente. 06 a 08 de dezembro de 2009. **Anais**, Uberlandia, Universidade Federal de Uberlandia. Disponível em: www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/ec29.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2011.

MANTOVANE, José Henrique Bezerra. Sociologia no Ensino Médio: potencialidades de desconstrução do cotidiano escolar e o fomento do pensamento crítico. I simpósio estadual de Formação de professores de sociologia. 13 e 14 de Novembro de 2008, **Anais** Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, Londrina-Pr. Disponível em:<www.uel.br/grupoestudo/gaes/pages/arquivos/gt2%20artigo%20mantovane%20sociologia%20no%20ensino%20medio.pdf.> Acesso em: 15 de novembro de 2010.

MARX, Karl. Introdução à crítica da Economia Política. In: GIANNOTTI, José Arthur. (org.). **Karl Marx: Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. Trad. José Carlos Bruni et al. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp. 103-123.

_____; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 5 ed. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1986.

MAZZA, Débora. A história da sociologia no Brasil contada pela ótica da sociologia da educação. In: KONDER, Leandro; TURA, Maria de Lourdes Rangel (org.). **Sociologia para Educadores**. Rio de Janeiro:Quarte, 4ª ed., 2006. p. 97 – 126.

MEIRELLES, Mauro; RAIZER, Leandro. et al. Pensando o fazer docente do professor de sociologia: elementos para construção de um referencial crítico de análise. **Anais,** Rio Grande do sul, Universidade federal do Rio Grande do Sul. Disponível em:<www6.ufrgs.br/laviecs/biblioteca/arquivos/pensando_o_fazer_docente_do_professor_de_sociologia.pdf>. Acesso em : junho de 2010.

MEKSENAS, Paulo. O Ensino da Sociologia na escola Secundária. In*:* **Leitura & Imagem** – Grupo de pesquisa em Sociologia da Educação. Florianópolis: Universidade do Estado de Stª Catarina – UDESC, pp.67-79. 1995.

MEUCCI, Simone. **Institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas, 2000.

MORAES, Amaury C. Licenciatura em Ciências Sociais e Ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato.Tempo Social – **Revista de sociologia da USP** – FFLCH. São Paulo, vol. 15, nº 1. p. 5-20, abril 2003.

_____. Por que Sociologia e Filosofia no ensino médio? In: CARVALHO, L. M. G. de (Org.). **Sociologia e Ensino em Debate. Experiências e Discussão de Sociologia no Ensino Médio**. Ijuí, Ed. Unijuí, 2004, pp.131-180.

MOREIRA, Luciano. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a educação brasileira sob a supremacia do mercado. In: **Educação Temática Digital**, Unicamp-Campinas, V.9, n. 2, junho 2008.

MOTA, Kelly C. da Silva. Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores. **Revista Brasileira de Educação**, nº 29, p. 88-107, maio 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a08.pdf> Acesso em 06 de maio de 2010.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. – 4ª ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

NUNES, Maria Thétis. **Ensino Secundário e Sociedade Brasileira**. Ed. UFS- Universidade Federal de Sergipe. 1999.

OLIVEIRA, Dalta Motta de. **A prática pedagógica dos professores de Sociologia: entre a teoria e a prática.** Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2007.

ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO. **Ciências humanas e suas tecnologias/ Secretaria de Educação Básica.** – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, volume 3, 2006.

PAIVA, Isadora Barreto; JIMENEZ, Suzana. A sociologia no ensino médio: uma revisão crítica de estudos selecionados. **Revista Eletrônica Arma da crítica** - Universidade Federal do Ceará. Ano 2: Número especial, dezembro 2010. p. 277- 292.

PASQUALOTTO, Lucielle Cristina. Capitalismo e Educação. In: **Faz Ciência:** Revista de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas/ Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão. Vol 08, nº 01, Francisco Beltrão:UNIOESTE, 2006. p. 325-342.

PEREIRA, Luiza Helena. Por uma sociologia no ensino médio. XIV Congresso Brasileiro de sociologia, de 28 a 31 de julho de 2009, **Anais**, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. Para além do senso comum: aportes para a construção do conhecimento sociológico na educação básica. XIV Congresso Brasileiro de sociologia, de 28 a 31 de julho de 2009, **Anais,** Rio de Janeiro. p. 02-20.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O Materialismo histórico-dialético e a educação. In: **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, vol 1, nº 1, 1997. p.83 – 92.

RABELO, Josevânia; SANTOS, Andréa Ribeiro. A "legitimação" do ensino se sociologia na rede pública de Aracaju-SE. XIV Congresso Brasileiro de sociologia, de 28 a 31 de julho de 2009, **Anais**, Rio de Janeiro. p. 1 – 15.

RAIZER, Leandro; MEIRELLES, Mauro. et al. **Escolarizar e/ou educar? Desafios da obrigatoriedade da sociologia no ensino médio.** 2008 Disponível em: www.ufgs.br/laviecs/biblioteca/arquivos/escolarizar_e_ou_educar.pdf. Acesso em: junho de 2010.

RÊSES, Erlando da Silva. **E Com a Palavra: Os Alunos. Estudo das representações Sociais dos Alunos da Rede Pública do Distrito Federal sobre a Sociologia no Ensino Médio**. Dissertação de Mestrado, Brasília, 2004.

RIBEIRO, Adélia Maria Mglievich. et al. Sociologia e filosofia nas escolas de ensino médio. Ausências, permanências e perspectivas. In: HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. (orgs.) **A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência**. Rio de janeiro: Quartet:FAPERJ, 2009. pp. 49-59

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. Reflexões acerca do sentido da Sociologia no Ensino Médio. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. (org.) **Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004, p. 113-130.

_____.O ensino de Ciências Sociais no ensino médio no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, vol. 23, nº 80 Campinas, set.2002.

_____. **A Sociologia Volta à Escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, Aline Buy dos.; BLENGINI, Ana Paula. **O trabalho como princípio educativo na educação básica: construindo uma nova hegemonia para além da lógica utilitarista do capital.** Disponível em:www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/indice.htm. Acesso em 10 novembro de 2010.

SANTOS, Mário Bispo dos. A Sociologia no Contexto das Reformas do Ensino Médio. In: CARVALHO, L. M. G. de (Org.). **Sociologia e Ensino em Debate. Experiências e Discussão de Sociologia no Ensino Médio**. Ijuí, Ed. Unijuí, 2004, pp.131-180.

SILVA, Ileizi Fiorelli. Fundamentos e metodologias do ensino de sociologia na educação básica. In: HANDFAS, Anita (org.). **A Sociologia vai à escola – história, ensino e docência.** Rio de Janeiro:Quartet:FAPERJ, 2009. p. 63- 84.

_____.A Sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. In: **Cronos**, Natal-RN, Vol. 8, nº 2, p. 403-427, jul./dez. 2007.

_____. A Sociologia no Ensino Médio: Perfil dos Professores, dos Conteúdos e das Metodologias no Primeiro Ano de Reimplantação nas Escolas de Londrina – PR e Região-1999. In: CARVALHO, L. M. G. de. (Org.) **Sociologia e Ensino em debate. Experiências e Discussão de Sociologia no Ensino Médio**. Ijuí, Ed. Unijuí, 2004, pp.77-94.

_____. **O papel da sociologia no currículo do ensino médio**.

_____. **Sociologia: Conteúdos e Metodologia de Ensino**. (Proposta para discussão na Semana Pedagógica do Núcleo de Educação de Londrina – 2003/2004). Londrina: Laboratório de Ensino de Sociologia; Depto. Ciências Sociais da UEL, 2003, mimeo 12pp.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. **Manifesto, Resolução e o Peso da Lei: o Discurso sobre a obrigatoriedade do ensino de sociologia.** XIV Congresso Brasileiro de Sociologia – de 18 a 31 de julho de 2009, Rio de janeiro.

SOARES, Jefferson da Costa. Delgado de Carvalho e o ensino de sociologia no Colégio Pedro II. In: HANDFAS. Anita; OLIVEIRA, Luiz F. de.(Orgs.) **A Sociologia vai à Escola: História, Ensino e Docência**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

SOUZA, Shelley Muniz Azambuja Neves de. **A defesa da disciplina sociologia nas políticas para o ensino médio de 1996 a 2007**. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ: 2008

TAKAGI, Cassiana Tiemi Tedesco. **Ensinar Sociologia: análise de recursos do ensino na escola média.** Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo/USP, 2007.

_____; MORAES, Amaury Cesar. Um olhar sobre o Ensino de Sociologia: Pesquisa e Ensino. In: **Mediações**, Londrina, vol. 12, nº 1, p. 93- 112, jan/jun. 2007

TOMAZINI, Daniela A.; GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. Sociologia no Ensino Médio: Historicidade e Perspectivas da Sociedade. Relatório de Pesquisa. In: CARVALHO, L. M. G. de. **Sociologia e Ensino em debate. Experiências e Discussão de Sociologia no Ensino Médio**. Ijuí, Ed. Unijuí, 2004, pp.197-218.

TOMAZI, Nelson Dácio. Entrevista com Nelson Dácio Tamazi. **Revista Eletrônica Inter-Legere**. Nº 03 – julho/dezembro de 2008.

TONET, Ivo. Cidadania ou emancipação humana? In: **Revista Espaço Acadêmico**, nº 44 – janeiro/ 2005. p. 01 – 04. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/044/44ctonet.htm. Acesso em 23 de janeiro de 2011.

_____. **Educação contra o capital**. Maceió:EDUFAL, 2007.